

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROGRAD
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO - NEAB

JORGE LUIZ SANTANA

ADELINO ALVES DA SILVA: presença negra paranaense em espaços legítimos de poder

CURITIBA

2015

JORGE LUIZ SANTANA

ADELINO ALVES DA SILVA: presença negra paranaense em espaços legítimos de poder

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Étnicas Raciais.

Orientador: Prof. Edilson Pereira Brito

CURITIBA

2015

JORGE LUIZ SANTANA

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação do Curso Relações Étnicas e Raciais da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Mestre Edilson Pereira Brito

Doutorando em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas.

Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez

Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Curitiba, 19 de setembro de 2015.

À memória do Historiador-Memória e Imagem Augusto Sélvio Alves, (1947-2015), amigo, companheiro e mestre incansável nos processos de compartilhamentos dos conhecimentos e saberes da Diáspora Africana. Agradecemos pelo seu trabalho voluntarioso em pró dos (as) alunos (as) mais pobres dos Colégios da Rede Pública do Paraná e dos Cursinhos Sociais preparatórios para vestibulares. Membro idealizador e construtor do primeiro Coletivo dos (as) Estudantes Negros (as) Sou Neguinh@ da Universidade Federal do Paraná, UFPR. Importante entusiasta, fortalecedor e empoderador dos Acadêmicos Cotistas Raciais e Sociais na luta antirracista e preconceituosa dentro e fora da academia.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de várias maneiras à elaboração e realização deste trabalho especialmente ao meu tutor e orientador Edilson Pereira Brito. Ao meu filho Vitor Araújo Santana, onde à distância geográfica nunca nos impediu de sentirmos a presença, amor e a colaboração um do outro, a dele sempre equilibrada, compreensiva e amorosa neste longo período de autoexílio.

A Iyagunã Dalzira Maria Aparecida, Cassius Cruz, José Antônio Marçal, Débora Cristina de Araújo, Luís Thiago Freire Dantas, Almira Maciel, Sérgio Nascimento, Megg Marcos Rayara de Oliveira, Roberto Jardim, Tânia Mara Pacífico, Wellington Oliveira dos Santos, pessoas coerentes incentivadoras e “coorientadoras” desde a graduação em História-Memória e Imagem.

Aos amigos (as) Sérgio Miguel José, Priscila Souza, Kelly Rosa, Eliane Graciano, Jules Ventura, Solange Rosa, Laís Cândida Ferreira, Camila Maia, Josiane Andrade, Maria Patrícia de Oliveira, Edson Barbieri, Eduardo José de Araújo, William Barbosa, Neli Gomes Rocha, José Abdias Barbosa, Thelícia Moralez, Nilseli Firmo, Mateus Henrique Buffone, Natália Luiza, Watena Ferreira N'Tchalá, Andressa Ignácio, Alan Felipe Santos, Samantha Flora, Nilcéia Pitta, Cândida Valéria Pitta, Jorge Pitta Neto, Juci Pita, Jhonnatan Souza, Noemi Santos, Silvia Maria Lima e tantos (as) outros (as) que sempre torceram e colaboraram pelo sucesso deste empreendimento e da minha permanência em Curitiba.

Agradeço também à instituição Universidade Federal do Paraná, UFPR, através dos seus agentes públicos do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, NEAB: Marcos Silva da Silveira, Rosa Espejo, Judit Gomes, Nathália Savione, Hilton Costa, Jair Santana, Josafá Cunha e Paulo Vinicius Baptista da Silva pela ajuda institucional, colaboração, respeito e amizade ao longo da caminhada. Ao Departamento de Construção Civil, (DCC) do Setor de Tecnologias da UFPR e, ainda ao Instituto de Engenharia do Paraná, (IEP), pelas liberações dos documentos imprescindíveis à pesquisa.

“Minhas conquistas pessoais resultaram de muito esforço e muita luta, mas nada teria conseguido se não tivesse o apoio forte e incondicional dos pais, irmãos e demais familiares. Tenho o dever de fazer este reconhecimento. Da mesma forma, o apoio da família que formei foi fundamental para o meu desempenho na profissão e continua sendo importante para a minha atuação na sociedade. [...]. Sinto orgulho pelo incentivo sempre recebido da esposa, filhos, nora e netas”. Adelino Alves da Silva, 2011.

RESUMO:

Este trabalho tem como proposta analisar a trajetória do pontagrossense Adelino Alves da Silva, a sexta pessoa negra a concluir o Curso de Engenheiro no Paraná. O objetivo é de recuperar, enquadrar, dar manutenção e visibilizar sua memória ao analisar o seu curso de vida. No segundo momento, a partir dos depoimentos e entrevistas busca-se investigar, contextualizar, criticar e corrigir a memória da presença e do papel dos sujeitos e agentes negros paranaenses em diferentes espaços institucionais de poder ou não no Estado. Ao mesmo tempo também busca-se fornecer um exame sobre os dados qualitativos e quantitativos da sua trajetória na Faculdade de Engenharia do Paraná, no campo profissional e na sociedade. A pesquisa possui um embasamento teórico-metodológico com discussões e argumentações sobre a História Cultural e a Micro História pensadas a partir de Peter Burke, Roger Chartier e Giovanni Levi. A Biografia é usada no trabalho como ferramenta metodológica tendo como referências François Dosse, Levi e Pierre Bourdieu, e a memória é fundamentalmente analisada a luz de Michael Pollak. As fronteiras e as aproximações entre as identidades paranaense e negra são discutidas a partir de Kabengele Munanga e Stuart Hall.

Palavras Chave: Trajetória, Identidade, Engenheiro Adelino, Memória e História.

ABSTRACT

This work has the objective to analyze the trajectory of Adelino Alves da Silva, who was born in Ponta Grossa, in 1915, being the sixth black man to end course at Engineering. The main purpose of research is to reveal, fit, framing and giving maintenance to her memory at analysis of your course of life. At the same time, also to seeks to provide examination about the quantitative and qualitative data about the progress of her career in the faculty of Engineering of Parana, in the professional and social field. The research has theoretical and methodological basement with discussions and argumentations about the thinking of Cultural History and Micro History, with basis on studies of Peter Burke, Roger Chartier and Giovanni Levi. The Biography is used like a methodological tool, with references such as Francois Dosse, Levi and Pierre Bourdieu, and this memory is fundamentally analyzed the light of Michael Pollak. The boundaries and the similarities between the Paraná and black identities are discussed from Kabengele Munanga and Stuart Hall.

Keywords: Trajectory, Identity, Engineer Adelino, Memory and History.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	9
2 – ADELINO PERSONALIDADE NEGRA PONTAGROSSENSE	21
3 - ORIGEM DE ADELINO	25
4 – TRAJETÓRIA NA UNIVERSIDADE	34
4.1 FORMATURA E O ORGULHO EM SER NEGRO DOUTOR	49
5 – A ENGENHARIA, DER/PR E O DOUTOR ADELINO	52
6 – CONCLUSÃO.....	60
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta analisar a trajetória do pontagrossense Adelino Alves da Silva, nascido em 1915. A motivação inicial surgiu logo após a entrevista feita por mim com o Dr. Adelino em 2011, sobre a trajetória acadêmica da curitibana negra Dra. Enedina Alves Marques, a primeira engenheira da região sul e primeira engenheira negra do país, formada em 1945 pela Universidade Federal do Paraná¹. Naquele momento me dei conta enquanto pesquisador, da necessidade de desconstruir o preconceito racial presente no meu próprio ser. Um farto repertório e sistemas de ideias pré-concebidas naturalizadas na sociedade, e assimiladas por mim como resultado dos construtos mentais, estereótipos, estigmas e outras violências visíveis e simbólicas, tangíveis a um ser colonizado na tentativa de ser aceito numa sociedade hegemonicamente masculina racista e de classes que discrimina os diferentes.

Antes de iniciar o trabalho, gostaria de relatar os motivos que me levaram à preferência pela trajetória de Adelino Alves da Silva como tema desta monografia, dentre tantas outras personalidades negras paranaenses, afro-paranaenses², de destaques em outros campos do conhecimento e do saber no Brasil.

Em abril de 2011, recebi o telefonema da Senhora Renata Kronland, Secretária do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP/PR), e ela pediu o meu comparecimento à sede da instituição para marcar uma entrevista com o engenheiro Adelino. A justificativa da urgência era a de que o engenheiro decano não gozava de boa saúde e tempo suficiente para permanecer na sede do órgão. Ao chegar ao local, fui encaminhado ao Salão Nobre do prédio dos engenheiros. Em estado ofegante, adentrei o espaço, onde haviam três senhores sentados à mesa e conversavam amistosamente. Dirigi-me a um dos dois senhores brancos, dei-lhe um meio sorriso e, um boa tarde! Imediatamente, me identifiquei como pesquisador e disse-lhes o motivo da presença.

¹ Conforme Trabalho Monográfico: ROMPENDO BARREIRAS: Enedina, Uma Mulher Singular. Curitiba. UFPR/SCH/DEHIS. 2013. Acesso em 08 de julho de 2015, às 15h00. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/09/jorge_luiz_santana.pdf.

² Afro-paranaense é o termo usado na pesquisa para designar racialmente e de acordo com a cor das pessoas que se autotransferem ao grupo de pessoas pardas, mulatas, pretas e negras nascidas no Estado do Paraná. O conceito de raça obedece a critérios: social, político e ideológico, não tendo uma sustentação biológica, vez que não é possível separar biologicamente seres humanos em diferentes raças. Portanto, os usos dos termos são sociológicos, e segue a critério de autotransferência do indivíduo.

O desmaio por pouco não aconteceu, quando o arquiteto Dr. Ayrton Cornelsen a quem dirigi o meu olhar preconceituoso, cultural, baixou a cabeça, - o arquiteto e amigo de Adelino sabia o que viria pela frente. Em seguida, o que escutei das palavras que saíram da boca do Dr. Adelino foram decisivas para a minha construção de identidade negra, e a formação acadêmica, como segue:

Eu só tenho quinze minutos. Eu sou Adelino. Boa tarde! Sim, muito rápido porque já fiz umas anotações prá você, eu estudei na Universidade Federal do Paraná de 1942 a 1947 e conheci a primeira Engenheira do Estado do Paraná formada na UFPR, a Enedina. A Enedina e eu éramos muito educadas e sabíamos respeitar aos outros. Eu fui o 3º Engenheiro Negro da Universidade [...], (SILVA, 2011).

A partir daí, o silêncio total. As trocas de olhares foram quebradas com a colocação e entrega direta de uns escritos numa página de caderno feitos pelo engenheiro Adelino. De pronto, tomei-os as poucas anotações.

Ali eu percebi que estava diante de um sujeito histórico paranaense e, perante de uma historiografia não narrada na academia. Tomei cuidadosamente o conhecimento e o saber externo da sala de aula, a lição que o sistema acadêmico poderia reificar e, depois provavelmente, negar a existência do sujeito histórico e agente público negro paranaense. Assim, pude discernir através dos meus próprios olhos, diversamente, a branquidade normativa operante, sociologicamente, na maioria dos espaços institucionais ou não, da nação do ‘Mito’ da Democracia Racial. Aonde frequentemente se reproduz: ‘somos todos iguais, somos todos seres humanos’, aqui é um paraíso racial e não existe racismo.

Ao considerar que aqueles quinze minutos seriam decisivos entre o Dr. Adelino e o pesquisador, respirei fundo e pedi-lhe autorização para uma rápida conversa. Esta concedida lhe perguntei se poderia fazer o uso do gravador do celular. Com a permissão dada, liguei o aparato e escutei um depoimento que durou mais de duas horas sobre toda uma memória de família de ex-escravizados do Paraná, trajetória da infância, estudos, arrimo de família, academia, empregos e formação de família. O relato quando transcrito *ipsis litteris* dedicou quase quarenta páginas de informações nem sempre encontradas nos livros de História do Paraná.

Adelino reconstruiu parte dos caminhos da colega e amiga engenheira a partir das suas memoráveis experiências de sujeito e agente histórico paranaense. A entrevista sobre a trajetória da engenheira Enedina, muito importante para o propósito do encontro foi curta,

contudo extremamente rica de informações e detalhes. Adiante, os comentários foram extremamente úteis para iniciar todo o processo de pesquisas nos Arquivos do Departamento de Construção Civil, (DCC) do Setor de Tecnologias da UFPR.

Neste momento, ao continuar as investigações sobre as personalidades negras paranaenses dadas como inexistentes - ou invisibilizadas - na História tradicional do Paraná, retoma-se o depoimento da sexta pessoa negra paranaense³ a se diplomar Engenheiro Civil no Estado, desta vez em 1947, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, trinta e cinco anos após a sua fundação.

A branquidade normativa hegemônica é um legado fundamentado na história dos séculos de relações mercantilistas, expropriações em África, ao tráfico negreiro, a escravidão e à colonização europeia. O fortalecimento da identidade branca aconteceu após a política e a ideologia do branqueamento amarrado ao racismo.

É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não se houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente porque os que coletivamente são portadores das cores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros coletivamente portadores da pigmentação escura (MUNANGA, 2003, p.1).

Para se pensar as relações sócio étnicas e raciais a partir de modelos de comportamentos da branquidade normativa torna-se necessário questionar a construção social do padrão de humanidade branco dado como universal. A branquidade não é absoluta, contudo atravessa espaços de opressões, prestígios e privilégios. Deste modo, a história tradicional paranaense ao invisibilizar e dar a inexistência ao negro em seu território demonstra que a sua narrativa e construção é resultante, e está relacionada ao branco como elemento balizador da própria branquidade normativa.

³ Adelino Alves da Silva foi a sexta pessoa negra a ser diplomado Engenheiro Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, 1947. Antes do pontagrossense diplomaram Otávio Alencar, 1918, na primeira turma após a fundação da instituição superior; Nelson José da Rocha, 1938; Venevêrito da Cunha, mulato, 1942; José Januário Montes, mulato; Enedina Alves Marques a primeira mulher engenheira negra do Brasil, 1945. Em entrevista, (SILVA, 2011), na autobiografia, (SILVA, 2013, 68-69), e na entrevista para o livro do DER/PR (CARNEIRO, 2009, pp. 181-182), Adelino se coloca como o terceiro engenheiro negro formado no Estado. Nestes documentos, o próprio considera Octávio Alencar, Nelson José da Rocha e a Enedina Marques como engenheiros negros. Entretanto, a classificação social dada ao grupo dos pares por Adelino em todos os apontamentos obedece a critérios da etnicidade e do gênero. Enedina Alves Marques é diferenciada, excluída, dos demais pares pela categoria gênero, enquanto os engenheiros Venevêrito Cunha e José Januário são excluídos pelo Adelino por serem reconhecidos e vistos como mulatos “filhos de pai negro e mãe branca ou vice versa”, devido às características fenotípicas como traços fisionômicos e à cor da pele de ambos, resultantes das relações inter-raciais dos pais dos engenheiros citados, (SILVA, 2011).

A invisibilidade dada ao ser negro na sociedade paranaense, sobretudo dentro dos espaços de poder e prestígio tem sido objetos recorrentes de pesquisas. Através das investigações acadêmicas tentava encontrar respostas para dar sentido e legitimar o sentimento de discriminação vivido pelos negros paranaenses, afro-paranaenses. Em 2012, o grupo étnico correspondia a 27% da população do Estado conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destarte, os seus indivíduos são dados como inexistentes, ou então possuem as suas presenças em solo paranaense considerada insignificante diante da maioria branca europeia, e continuam sendo invisibilizados, para além dos seus feitos em território paranaense na História tradicional do Estado.

Em grande medida os historiadores, pensadores em geral e as diferentes mídias transmitem a ideia da inexistência do grupo de negros paranaenses ao senso comum que as reproduzem como a verdade. Quando os mulatos e pretos aparecem na História, eles são quase sempre de outros estados da federação e, os autóctones são quase sempre invisibilizados. Deste modo, de uma parte, a fala é legitimada pela grande parcela de intelectuais representantes da academia branca eurocêntrica através dos seus métodos científicos e referenciais teóricos de pesquisas. De outra parte, os intelectuais contrários às ideias da inexistência e das contribuições do negro paranaense, afro-paranaenses, ao desenvolvimento do estado ainda que reconheçam a sua presença, em grande medida, silenciam diante de uma falsa realidade historiada.

O silêncio dos intelectuais da academia tem colaborado para a manutenção da exclusão de outras formas de conhecimento que não as estabelecidas pelas elites intelectuais paranaenses desde primórdios, o epistemicídio. A alternativa dos catedráticos pelo segredo corrobora para a conservação e a sustentação da violência simbólica de inexistência e invisibilidade aos afro-paranaenses. Assim, a institucionalização do *status quo* é preservada pelo poder legítimo da autonomia acadêmica com benefícios, praticamente exclusivos, para somar aos capitais: político, social e intelectual dos brancos, conforme afirma José Jorge de Carvalho, em “O Confinamento Racial do Mundo Acadêmico Brasileiro” (2006).

Um dos pretextos que se faz uso para a escolha pela narrativa historiográfica é o de homenagear o Doutor Adelino pela passagem da data do seu centenário de existência, em 16 de novembro de 2015. A outra razão, de interesse investigativo acadêmico, é de resgatar, trabalhar, enquadrar a memória de Adelino e da sua contribuição como agente público negro e sujeito sócio histórico paranaense. Em 2014, lecionei no Colégio Estadual Cruzeiro do Sul,

localizado no bairro Olaria em Curitiba, limite com o município de Colombo. Lá tomei conhecimento de que os alunos não tinham informações sobre os feitos Adelino quanto à construção e pavimentação da Rodovia Mauro Bernardo Camargo que interliga os dois municípios.

Não só os alunos desconheciam a participação e contribuição do Engenheiro Adelino, igualmente a equipe pedagógica, professores e a direção escolar mostraram-se desconhecedoras sobre os feitos notáveis das pessoas negras paranaenses, afro-paranaenses na comunidade. Lecionava a disciplina de História para o ensino fundamental e básico, ademais fazia parte da Equipe Multidisciplinar do Colégio. Em pesquisa realizada pela equipe multidisciplinar do estabelecimento de ensino em questionário aberto, considerando os mesmos critérios técnicos da pesquisa do IBGE quanto à cor e aos seus respectivos grupos étnicos pertencentes, 53,7% dos alunos se autodeclararam etnicamente negros.

Desse modo, encontrei o objeto de pesquisas e outra possibilidade em prosseguir a investigação durante a Pós-Graduação com o projeto sobre as personalidades afro-paranaenses invisibilizadas, iniciado durante a Graduação no curso de História - Memória e Imagem na UFPR em 2009. Dessa maneira, narrar as diferentes trajetórias de Adelino é novamente contribuir com a visibilidade dos equipamentos, obras de artes arquitetônicas públicas e diferentes grupos étnicos que possam dar conta da presença dos sujeitos/as históricos/as negros/as e as suas respectivas contribuições para o desenvolvimento paranaense. Isto, em consonância com o que determinam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que alteraram a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) 9.394/96 e possuem os objetivos de levar conhecimentos e referências, sobre a história e cultura afro-brasileira, indígena e africana para as escolas do país.

O empreendimento possui ainda como proposta o objetivo de recuperar, enquadrar, dar manutenção e visibilizar a memória de Adelino Alves da Silva e ao grupo qual ele relata pertencer, ao analisar o seu curso de vida. Em outro momento, a partir dos depoimentos e entrevistas tem o trabalho como interesse investigar, contextualizar, criticar e corrigir a memória da presença e o papel dos sujeitos e agentes negros paranaenses em diferentes espaços institucionais de poder ou não na terra das araucárias. Ao mesmo tempo, também busca-se fornecer um exame sobre os dados qualitativos e quantitativos das trajetórias de Adelino na família, no ensino público, na faculdade, no campo profissional e na sociedade.

Ao efetuar este trabalho e perceber os embates teóricos e metodológicos, pode-se questionar em termos de processos históricos se a pesquisa oferece formas de historicizar as lembranças do sujeito e agente histórico Adelino Alves da Silva, assim como a do grupo de pessoas negras paranaenses, afro-paranaenses, excluídas e/ou invisibilizadas em termos políticos, sociais, tecnológicos e culturais, na ainda vigente ‘História’ local?

Através da interseccionalidade, transversalidades entre as memórias, classes e, sobretudo ao jogo das identidades em conflitos das reminiscências de Adelino Alves da Silva e da história paranaense, a investigação tentará demonstrar se há possibilidades do trabalho inserir-se na LDB em vigor do país. Porquanto, segundo Michael Pollak “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, pp. 200-212), com interesses e intencionalidades diferentes, contudo convergentes.

A identidade nacional, mestiçagem entre as três raças, é conflitante com a identidade paranaense, mestiçagem entre os brancos europeus. Os afro-paranaenses, indígenas, asiáticos, árabes etc. disputam e requerem espaços, presenças, posições e visibilidades na memória e identidade paranaense. Outras identidades também cruzam os seus indivíduos e cidadãos por distintas hierarquias como classe, sexo, religião, etnias, gênero, idade, raça, etc. Estas expressões identitárias aparecem, ou não, aos habitantes e/ou em grupos em diferentes locais, momentos e contextos específicos e, sobretudo, relacionais que lhes convém, como exemplo nos casos de inclusão por categorias, conforme acima citadas.

A construção da identidade nacional brasileira para Renato Ortiz adquiriu um contorno profundamente racista. A questão racial, em grande medida, foi a que norteou a identidade brasileira e configurou a sua realidade de desigualdades sociais. Entre o final do século XIX e o início do século XX, intelectuais de diversas áreas, pensadores sociais, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e outros se debruçaram na construção de um discurso científico racial pautado nas teorias biológicas, a do darwinismo social. Conforme o antropólogo, a identidade possui duas dimensões: a exterior e a interior. A primeira se define em relação a algo que lhe é de fora, ela é uma diferença. A outra é a necessidade em mostrar em que nacional se identifica (ORTIZ, 1985, pp. 6-7).

De maneira análoga, através da sociologia de Florestan Fernandez e Octávio Ianni, Alexandro Trindade discorre que para entender a forma como o Estado brasileiro passa de uma sociedade de castas ou de grupos, estamental, para uma sociedade de classes, foram

construídos projetos de nação pautados também nas desigualdades entre os diferentes grupos sociais e étnicos. Nestes, o conceito de cultura ainda são estáticos e hierarquizados. Embora o foco dos trabalhos sejam as desigualdades sociais a partir das diferentes classes, os estudos dos sociólogos são importantes para entender as desigualdades sociais a partir das discriminações raciais dentro das relações sociais no Brasil. Isto, possibilita pensar um projeto de uma identidade nacional e locais que contemplem a todos os diferentes grupos étnicos, sociais e culturais existentes no país: A heterogeneidade a favor da brasilidade do ‘somos todos iguais’.

Diferente das ideias de homogeneidade cultural e nacional conduzidas pelos pensadores sociais Raymundo Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, continuadas, em grande medida, pelo sociólogo Gilberto Freyre, o sociólogo Florestan Fernandes e grupo tensionam, contrapõem e buscam romper com o poder e o pensamento sociológico ‘freyriano’, o da Democracia Racial. No Brasil da sociedade de classes segundo Fernandes, “[...] a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral [...]”, (FLORESTAN, 2008, p. 22) e nesta, o lugar do negro tem sido o da inferioridade comparado ao branco. O racismo existente no país não é apontado como uma das causas estruturais e estruturantes das desigualdades sociais e um grave problema para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva brasileira.

Octávio Ianni (1988) para entender as desigualdades sociais no país e, principalmente em Curitiba na metade do século XX, observa o papel social do negro redefinido em um contexto de conservação e valorização súbita do trabalho produtivo, quando incluído ao segmento. Nesta análise é constatado o fortalecimento da invisibilidade do negro através da inferiorização que lhes é imputada pelo mundo branco europeu, o burguês curitibano.

Em Curitiba havia um jogo com uma forte ideologia, discursos e práticas discriminatórias, às vezes ambíguas outras paradoxais, nos processos sociais no trato aos negros em relação aos brancos nos níveis político, ideológico, tecnológico, mitológico, econômico e, sobretudo, cultural. Em paralelo, existiram esforços para uma modernização do Estado paranaense em concordância com os interesses da classe burguesa da indústria ervateira curitibana, inclusive para fundação da primeira universidade do país. Por detrás da ideologização dos fatores em jogo, foi possível a análise desembaraçar as significações

determinantes das relações de dominação exercidas pelos brancos sobre os negros (IANNI, 1988, p. 112).

Este novo pensamento social brasileiro, formado por sociólogos, é diferente do pensamento de Freyre e dos antigos pensadores sociais do país. Os estudos sugerem um projeto de nação para o desenvolvimento da ordem social da sociedade de classes competitiva e inclusiva. Contudo a modernidade não contempla, em termos de igualdade e protagonismo, a completa integração do negro em igualdade de direitos em todas as relações sociais ao branco na sociedade brasileira. Destarte, o preconceito de cor e a discriminação racial aplicado ao negro de forma aberta ou sutil ainda são mecanismos que dificultam a ascensão social do descendente de africano tal qual o da pessoa escravizada durante o sistema escravagista no Brasil, vista por Trindade (2014) na sociedade estamental e tradicional.

A identidade negra demandada por Adelino não passa pelo caráter biológico, essa é construída paralelamente à identidade nacional, paranaense. A sua negritude advém de disputas experimentadas e enviesadas em distintos espaços, econômico e cultural, principalmente, pelo processo sócio histórico vivenciado.

[...]. Eu era o único negro da turma (risos), estava me formando levei tantos abraços [...]. A entrega dos diplomas naquele tempo era no prédio aonde funciona a agência do HSBC, na Rua XV, ali era o prédio da elite da cidade, ali era o prédio onde se fazia todas as festas de formaturas, e os grandes eventos da cidade [...]. Recebi abraços que eu não sei de quem; levei meia hora recebendo abraços, de moças, de homens, de mulher, porque era difícil um negro se formar, [...] chegou o diretor da universidade que foi o paraninfo da turma [...], Ele abraçou papai antes de papai me cumprimentar [...] pegou na mão do papai [...] e disse: ‘Olha o senhor perdeu dois filhos, mas está recebendo um que vale ouro’, (Adelino chora no momento da lembrança), me elogiou e abraçou papai e meus irmãos, aquilo pra mim foi uma honra. E aquele dia estava se formando o terceiro homem negro no Paraná [...], (SILVA, 2011).

Esta identidade negra reivindicada por Adelino atravessa e enfrenta, confronta, a sua condição social de ser humano negro pontagrossense dentro de universos e sistemas racistas legitimados pelo poder com as suas opressões, segregações, armadilhas, especificidades e sutilezas.

Kabengele Munanga (2012) considera que embora a negritude tenha surgido fundamentalmente na cor da pele, ela não é essencialmente biológica. Segundo o antropólogo uma das formas pelas quais a negritude deve ser vista é “como confirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas”, do racismo imposto pelo mundo ocidental branco

(MUNANGA, 2012, pp. 6-14). A negritude passa pela situação social do negro neste universo racista, entretanto ela também advém de elementos de caráter cultural. A identidade negra orgulhosamente citada por Adelino se refere à história comum que o olhar cultural do poder e da opressão do mundo ocidental branco reuniu sob o nome de negros, ou seja, como grupo de inferiores, primitivos.

A indiferença praticada à presença e à história dos autóctones, os indígenas, e a invisibilidade e inexistência dada aos negros estão contidos nos projetos históricos para ajudar na construção da identidade europeia e branca paranaense. As contribuições estão contempladas desde a “História do Paraná” (1899) de Romário Martins, e passa pela “A Terra do Futuro” (1910) de Nestor Victor, até aportar em um “Brasil Diferente” (1955) de Wilson Martins.

Nestas, a afirmação do vazio demográfico e a negação da existência da escravidão em seu solo, somada a um “mito” fundacional a partir da política de imigração europeia corroboram e fortalecem as ideias da inexistência e, conseqüentemente, da invisibilidade, presença e da contribuição do sujeito e agente histórico negro paranaense. Ainda que a história narre que o primeiro presidente de província do Paraná tenha sido, o ‘mulato’ baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1853.

Até que ponto os discursos e as práticas de um Paraná racista idealizado europeu, progressista, desenvolvimentista e moralizante, em grande medida estabelecido a partir das suas elites e do Estado Novo, projetaram e lançaram em suas estruturas políticas, sociais e culturais a pessoa e o lugar do ser negro e, como isso se refletiu no comportamento de Adelino?

A problemática proposta nesta monografia é a de desvendar, refletir e compreender o que parecia ocorrência comum, o fato de Adelino ser originário de uma família de escravizados paranaenses, filho de proletários negros; teria sido o motivo principal para que ele continuasse a permanecer invisibilizado e no anonimato da História recente do Estado? Por ser a universidade um espaço para construir, fomentar e disseminar o conhecimento, por que, de modo geral, as pessoas negras que transitaram nas academias paranaenses não tiveram a visibilidade ou notoriedade que, normalmente, as pessoas brancas tiveram? Entretanto, se tiveram a visibilidade e notoriedade como pessoas importantes que contribuíram para o Estado, e se estão pensadas e vistas como um todo dentro de um universo branco, por

influência de uma branquidade normativa, por que estas pessoas branqueadas não se colocaram como pessoas negras?

Quais foram os motivos que influenciaram a conduzir Adelino como um homem negro, de condição econômica e social menos favorecido, pobre, a buscar se inserir na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná em 1942, uma instituição privada, em grande medida voltada para a elite política e econômica branca ervateira paranaense? Será que Adelino teve os seus estudos acadêmicos pagos ou financiados por algum bem feitor, ou alguma instituição filantrópica? O que Adelino pensava antes do seu ingresso e como vivenciou a sua trajetória acadêmica em um espaço de prestígio sócio intelectual, econômico e político? Quais eram as suas perspectivas de ingresso ao novo segmento do mercado de trabalho ao concorrer com os pares possuidores de diferentes capitais e redes de sociabilidades das suas?

Para se conhecer e investigar a trajetória de vida de Adelino foi realizada uma entrevista, em 2011, que auxiliou todo o andamento da pesquisa. No depoimento foi observado que a construção das suas memórias foi iniciada através do recolhimento dos documentos dos familiares, órgãos públicos e das anotações pessoais.

Eu fiz um livro da família e tive que estudar tudo. Tive que estudar pra fazer o livro da família, [...] a mãe de mamãe e a tia de mamãe que foram escravas, [...] sorte que o senhor dono de escravos era um cidadão humano [...] não massacrava os escravos, esse cidadão era humano e curador [...] ele deu pro seu filho mais velho a tutela de mamãe, então mamãe foi criada pelo filho mais velho do comendador, [...] e o filho mais velho criou mamãe como filha. O senhor veja como é que são as coisas, como são as sortes da vida. Criou bem mamãe, deu pra mamãe a educação das escolas da época [...] mamãe morreu com 88 anos, [...] e a casa que foi pro outro irmão mais velho morreu, eu juntei toda a documentação que tinha e levei pra minha casa, e ali eu fiz a história da família, lendo tudo essa papelança, esses documentos, (SILVA, 2011).

Posteriormente, em 2013, os documentos foram organizados, sistematizados, em um trabalho autobiográfico “Memória de um Professor e Engenheiro Civil: Vida, Luta e Trabalho” publicado pelo Instituto de Engenharia do Paraná, (IEP).

No trabalho autobiográfico, Adelino Alves da Silva fornece informações importantes que permite-nos debruçar e pensar desde a existência negra e os diferentes papéis desempenhados por estes sujeitos históricos em distintos espaços sociais, de poder, prestígios ou não, à sua própria trajetória centenária de vida e de distintos grupos dentro do Estado racista. Diversas e diferentes culturas, trajetórias, instituições privadas e públicas, -

Universidade do Paraná, o Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, (DER/PR), - os seus agentes e sujeitos proporcionam as diferentes análises de categorias sócio raciais e gênero úteis para a presente monografia. Os pontos de referências e as fronteiras norteadoras das trajetórias institucionais de Adelino, em grande medida, foram os seus pares, familiares, colegas e amigos.

O trabalho historiográfico de Célia Maria Beltrame Tricow Carneiro “Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda: O prédio na história do DER/PR”, (2009), discorre sobre a construção do prédio sede, 1965, com o objetivo do seu tombamento, localizado na Avenida Iguaçu nº 420, em Curitiba. O livro é composto por fotografias, pesquisas e entrevistas de funcionários, alguns já falecidos, ou aposentados como Adelino, e familiares dos trabalhadores que tiveram uma relação com a construção e importância histórica do prédio para as estradas que cortam todo o Paraná e os estados limítrofes.

As fontes para usos da pesquisa foram obtidas em diversas instituições e espaços público de Curitiba: Arquivos do Departamento de Construção Civil, (DCC), do Setor de Tecnologias da UFPR; Arquivo do Departamento de Estradas de Rodagem; Arquivo do Instituto de Engenharia do Paraná; Arquivos da Câmara Municipal de Curitiba; Monumento a Abolição, localizado à Praça Santos Andrade.

A pesquisa buscou um embasamento teórico-metodológico com discussões e argumentações sobre a História Cultural e a Micro História pensadas a partir de Peter Burke (1992)(2008), Roger Chartier (1990) e Giovanni Levi (1996). A Biografia é usada no trabalho como ferramenta metodológica tendo como referências François Dosse (2009), Giovanni Levi (1996) e Pierre Bourdieu (1998), e nesta a memória é fundamentalmente analisada a luz de Michael Pollak (1989)(1992). As fronteiras e os confrontos entre as diferentes identidades paranaenses, negra e a tradicional, europeia e branca, são pensadas a partir de Kabengele Munanga (2012) e Stuart Hall (2007).

Desse modo, a pesquisa busca investigar inicialmente a presença negra através da origem familiar de Adelino Alves da Silva, nascido em 16 de novembro de 1915 no Estado do Paraná. Continua após a compleição, uma síntese das diferentes trajetórias de vida do pontagrossense e algumas homenagens recebidas. Em seguida, a historicidade da Universidade Federal do Paraná e a trajetória acadêmica de Adelino. Por fim, a vida profissional como Engenheiro Civil em espaços de poder e prestígio.

Em todos os capítulos a pesquisa discute a presença negra em diferentes espaços paranaenses, as suas diferentes formas de aparições, enfrentamentos e relações com o ser branco nestes espaços de poder e sociabilidades. Concomitantemente, questiona sobre o porquê da inexistência, invisibilidade e o silenciamento dado aos feitos dos afro-paranaenses, não registrados e conseqüentemente legitimados por vários acadêmicos e pensadores brancos paranaenses: Romário Martins, Nestor Victor, Trajano Reis, Francisco Negrão. Destarte, historiadores e pensadores mais próximos da geração de Wilson Martins como Ruy Wachowicz, Pinheiro Machado consideram a presença negra diminuta, entretanto sem destacá-la em seus feitos.

Do primeiro recenseamento, de 1872, ao último, de 1920, o crescimento médio, anual, da população paranaense, foi: [...] Segue-se que os elementos negros e negroides que em 1872 (quando a população paranaense era de cerca de 12.700 habitantes) não chegavam a 11.000 almas, e que desde então não aumentaram senão vegetativamente, em 60 anos (de 1872 a 1933) quando a população atingiu a 1.000.000, estariam fortemente reduzidos por várias causas: pelo seu pequeno número relativamente à população branca; pela precoce mortalidade do mulato; pelas cruzas com brancos; pelas mudanças; por outras causas (MARTINS, 1995, p. 391).

Segundo Romário Martins a redução e o desaparecimento do negro da população paranaense se deveram a fatores geográficos: a altitude e o clima. E outros de ordem biológica, já que no dado período negros e mulatos (escravos e livres), demonstraram pouca capacidade de reprodução motivada pela baixa resistência dos órgãos vitais do mulato.

Wilson Martins em sua obra “Um Brasil Diferente” afirma que, “Não houve escravidão no Paraná [...] A bela raça paranaense que está se formando com o cruzamento do anglo-saxão, do latino, do eslavo, inteligente, viçosa, empreendedora...” (MARTINS, 1989, pp. 127-135). Notadamente, com a exclusão dos índios e dos negros foi validada a formação da “bela raça” e reforçado o mito de construção de um “Brasil Diferente”. Em partes, o marco civilizatório e histórico do estado progressista é delimitado a partir constituição da Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853 e, da chegada dos imigrantes europeus, alguns asiáticos e árabes.

2 – ADELINO PERSONALIDADE NEGRA PONTAGROSSENSE

Adelino Alves da Silva nasceu em 16 de novembro de 1915, na cidade de Ponta Grossa no Estado do Paraná. O filho de Nhô Lúcio e de D. Maria é considerado o terceiro homem negro diplomado Professor Normalista pela Escola Normal de Ponta Grossa⁴, (1932-1936), posteriormente Instituto de Educação de Ponta Grossa. A solenidade de formatura de colação de grau de professor normalista e a festa ocorreram no tradicional Clube Pontagrossense, pertencente à elite branca do município.

Durante a infância Adelino estudou, trabalhou e cuidava de ajudar a mãe nas tarefas domésticas, além de auxiliar os pais no cultivo de alimentos e na pecuária familiar no amplo quintal da casa. Na adolescência prestou diferentes serviços para a vizinhança, foi de lavador de carros ao aprendizado e trabalho do ofício de pedreiro e pintor com Nhô Lúcio. Oficialmente, Adelino Alves da Silva começou a sua trajetória profissional como professor normalista na Escola de Aplicação, anexa à Escola Normal onde estudou e, em seguida foi transferido para o Ginásio Estadual Professor Colares ambos em Ponta Grossa, (1936-1942).

Além de ser professor do grupo escolar do estado foi proprietário de uma escolinha que funcionou na própria casa. Na atividade suplementar com o dinheiro arrecadado complementava e ajudava na renda familiar com vista a economizar recursos com a finalidade de fazer o curso superior de Farmácia.

[...] quando me formei professor, [...] montei uma escola particular lá em casa, onde eu lecionava [...] eu era o professor e fazia outra economia e, fui depositando isso na “Caixa” [...] dava minha parte de ajuda pra manutenção pra casa (SILVA, 2011).

As relações sociais com os amigos em Ponta Grossa após se tornar professor normalista e trabalhando na docência da cidade mudaram. O exercício da docência era visto como prestígio e privilégio para o grupo e, isso demandava de certo *status* na sociedade pontagrossense,

Quando eu me formei professor, eu tinha uma porção de colegas filhos de operários, uns bons e outros safados, aqueles que eram bons diziam: Olha Adelino, agora nós temos que te respeitar, você se formou professor, nós temos que te respeitar, [...], nós temos que reconhecer isso, é uma honra pra nós, e agora você está trabalhando como professor, você tem que conviver com os seus colegas professores [...], agora

⁴ Os professores normalistas negros da cidade que antecederam Adelino foram Antônio Alves Ramalho “Nico”, e Raul Vianna. Posteriormente, estes professores pontagrossense emigraram para a cidade de Curitiba e se tornaram, respectivamente, Médico e Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná na década de 1920*.

tinham uns safados que queriam bater capoeira comigo nas ruas comigo como professor, (risos), nesses, eu tinha que dar um chute e mandar embora, não tinha? (SILVA, 2011).

portanto, manter a amizade e o respeito com os colegas e amigos para Adelino implicou em uma distinção que lhe deu prestígio entre os antigos amigos pretos e pobres. Estes passariam a ter uma conduta moral e de valores compatíveis com ao novo cargo e função que o mesmo passou a levar. Segundo Adelino havia uma estratificação e segregação nos espaços sociais, “os clubes sociais eram selecionados, clubes de negros e clubes de brancos, cada um no seu clube” (SILVA, 2011).

Frequentei o Clube Literário Recreativo 13 de Maio, fundado em 1889, em Ponta Grossa. Em 13 de maio de 1989, recebi da sua diretoria título alusivo ao seu centenário, conferido pelos serviços prestados ao Clube. (SILVA, 2013, p. 65).

Em Ponta Grossa, a elite tornou presente e eficazmente marcante uma ordem sócio racial, a segregação por classe e um apartamento maior por raça, este instituído e acatado por todos os moradores. Nestes clubes as identidades étnicas da população iam sendo redesenhadas frente à chegada dos novos imigrantes europeus, brancos. As instituições, os clubes, funcionavam como caixa de assistência aos trabalhadores necessitados, sobretudo, os negros. Eram prestados socorros em casos de doenças, desemprego e viuvez. Direitos estes entre as disposições dos seus diferentes estatutos.

Os clubes e instituições fraternas também organizavam os funerais e os enterros dos membros e dos seus familiares. No Clube Literário Recreativo 13 de Maio ocorriam também o custeamento das aulas noturnas destinadas à alfabetização de jovens e adultos. Estes sem acesso e sem direitos as vagas nas escolas públicas durante os três períodos, diurnos e o noturno, devido a não universalização do ensino que contemplaria, sobretudo, aos negros recém-saídos da escravidão, conforme determinava o nunca cumprido fundo de emancipação de 1871⁵.

⁵ A Lei do Ventre Livre, em 1871, no seu fundo de emancipação previa recursos do governo imperial e principalmente responsabilidade dos proprietários de escravos em relação àqueles nascidos livres e beneficiados pela Lei. Era previsto também a responsabilidade pela educação dos “ingênuos”, meninos livres que vagavam pelas ruas, assim como encontrar soluções para disciplinar os libertos. O número de instituições educacional pública e privadas cresceu. Contudo as crianças negras continuaram em número inferior ao das crianças brancas nas escolas também na república. Ver artigo de Alessandra F. Martinez de Schueler: “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004. Acessado em 2 de abril de 2015 às 15h00.

Aqui em Curitiba e em Ponta Grossa, tudo era a mesma coisa. Em Ponta Grossa, eu vivi boa parte da minha mocidade, tinha clube de negro de todas as categorias: de negros bem de elite, direitos, os negros mais ou menos, e os negros bem atrasados sem cultura. Existiam clubes de gente pobre com mulheres, meninas, cunhadas meio putas, tudo misturava um com outro, isso lá a gente não podia frequentar um clube desses. Tinha um clube negro da elite, negro que eram de posição, branco que frequentava lá era branco direito, que respeitava os negros. E tinha clubes de operários, mais ou menos da de elite, como tinha clube de operário branco beberrão, clube de branco vagabundo também. (SILVA, 2011).

Também os clubes sociais dos negros objetivavam reunir e tratar de assuntos do interesse das ‘pessoas de cor’. De acordo Flávio Gomes os diferentes setores sociais dialogavam entre si, e com outros segmentos sociais em todo o país e avaliavam as suas inserções, demandas, normas, comportamentos, estratégias e atuação política na nova sociedade brasileira (GOMES, 2005b, p. 78).

Em 1943 Adelino ao chegar a Curitiba, continuou a exercer a profissão de professor normalista estendendo as suas atividades sociais para as comunidades mais pobres da cidade em torno da periferia. No período compreendido entre 1943 e 1945 trabalhou no Grupo Escolar Prieto Martinez e na Escola da Penitenciária do Estado, durante o período noturno. Entre os anos de 1945 e 1948, as atividades foram estendidas para a Escola Regimental da 5ª Cia. de Intendência do Exército Brasileiro.

Adelino foi diplomado Engenheiro Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná em 26 de dezembro de 1947⁶, tornando-se o sexto negro diplomado Engenheiro Civil do Estado do Paraná. No período compreendido entre 1948 e 1966 Adelino continuou servidor público do Estado do Paraná lotado no Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, (DER/PR). Sempre em processo de formação continuada e qualificação profissional, especializou-se em diferentes tipos de obras das engenharias executou serviços em estradas rodoviárias estaduais e federais. Inicialmente, como engenheiro fiscal, depois como responsável e supervisor, gerente, administrador e por pouco período na função de diretor do DER/PR, interinamente ⁷.

Em 1988, o nome de Adelino Alves da Silva, o “Doutor filho de Nhô Lúcio Pedreiro”, passou a fazer parte do Memorial da Abolição ao compor a placa de cem personalidades

⁶ Conforme Diploma de Engenheiro Civil, de 26 de dezembro de 1947. Disponível no Arquivo no Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, UFPR. Pasta Nº 801.

⁷ Nas Obras de Engenharia, Serviços de Implantação Básica e Pavimentação Asfáltica, Obras de Artes Especiais sob Regime da Administração Direta e de Empreitada, Obras Urbanas e Suburbanas, Conservação de Estradas e Serviços Topográficos.

negras paranaenses que se destacaram no desenvolvimento do Estado⁸. A homenagem foi em comemorações prestadas ao aniversário de Centenário da Abolição da escravidão no país. Em 1992, o Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CREA/Pr.), homenageou-o distinguindo de outros, por “Mérito por Serviços Prestados”, devido a sua atuação durante toda a sua vida profissional.

Em 1997, o Instituto de Engenharia do Paraná, (IEP/Pr.) e o CREA/Pr. respectivamente conferiu-lhe um diploma alusivo e uma comenda, pela passagem do Cinquentenário de Relevantes Serviços Prestados ao desenvolvimento da Engenharia do Paraná. Posteriormente em 2009, durante as comemorações do 63º aniversário de fundação do edifício sede do Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, a historiadora Célia Maria Carneiro em seu trabalho “Edifício Oswaldo Pacheco de Carvalho – O Prédio na História do DER-PR”, (pp. 181-182) prestou-lhe uma homenagem onde relata da sua importância na engenharia paranaense. O livro marca o tombamento e a inclusão da obra de arte como Patrimônio Histórico do Paraná. Neste é narrado a importância do local e os feitos técnicos e profissionais de Adelino Alves da Silva, Venevêrito Cunha dentre outros, em pró da sociedade.

Em livro autobiográfico Adelino considera que entre os vários tributos recebidos ao longo da vida profissional a homenagem prestada pelo DER/PR e pelos seus pares, a citação e o reconhecimento na obra de Célia Carneiro “Foi a maior emoção da minha vida”, (SILVA, 2013, pp. 67-74). Durante o exercício da engenharia Adelino orgulha-se de ter desafiado e superado as barreiras raciais e sociais do Estado. Também, avalia destacada a participação e a contribuição dos colegas engenheiros negros da história da engenharia de infraestrutura paranaense em diferentes áreas como: energia elétrica, trafegabilidade, mobilidade, povoamento e desenvolvimento sócio econômico.

⁸ Em 1988, durante o Centenário da Abolição da Escravatura no país, a Prefeitura de Curitiba e a Câmara de Vereadores do Município homenagearam as personalidades negras, ou a seus descendentes, com uma placa de prata em sessão solene no Salão Nobre da Câmara de Vereadores. Em seguida, ocorreu à inauguração do Monumento, na Praça Santos Andrade, defronte ao Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, UFPR, no canto com a Rua XV de Novembro e, o término das homenagens se deu com uma festa no Clube Militar do Paraná para familiares. Neste, foram convidados a classe política, outras autoridades e familiares.

3 - ORIGEM DE ADELINO

No primeiro lustro do século XIX através do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, IHGB, foi iniciado um forjamento de um projeto de nação para o Brasil. Segundo Benedict Anderson (1989), toda nação ainda que uma comunidade imaginada projeta e arquiteta a sua identidade nacional com a sua data de nascimento e morte. Em caso oposto, a baliza de fundação de uma nação é contraditória. O conceito de nação no século XXI é a mais universal configuração de vida política, quase sempre, ele é perspectivado como encontrando justificação num passado distante. Ao desprendê-lo da teoria cabem à academia, à ciência e, também, a antropologia desconstruir as suas falsas ideias, normalmente, aplicadas na realidade e no contexto histórico.

A nação é como uma comunidade soberana e imaginada, em que o sentimento de pertença e os laços unem os seus elementos, - a nação brasileira o índio, o branco e o negro com o mito da democracia racial, - são fabricações construídas por processos de socialização e formação da personalidade. Conforme Benedict Andersen (1989) por menor que seja esta comunidade, - e ai pode-se pensar o Estado do Paraná, - todos os seus diferentes cidadãos não consigam conhecer-se, embora nos seus imaginários todos possam viver em harmonia, em fraternidade. A nação não é homogênea, tão pouco orgânica, ela existe muito mais devido às relações entre os seus membros construídas culturalmente do que entre as suas semelhanças sócio políticas ou coercitivas.

Eric Hobsbawn considera que a importância e a invenção da nação ocorrem através de práticas de natureza ritualística ou simbólica, cultural, que objetiva incorporar determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição em um processo sequencial em relação a um dado passado histórico apropriado. Contudo os métodos e as práticas culturais estão sempre em movimentos negociados. Destes modos, estas técnicas funcionam como uma reação às novas conjunturas e, também, como referências as ocorrências anteriores em uma continuidade artificial basilar. Assim, a tradição objetiva impor práticas fixas clássicas, a exemplo da repetição alegórica, (HOBSBAWN, 1984, pp. 10-17).

Ao se tratar da 5ª Comarca de São Paulo, desmembrada e transformada na Província do Paraná em 1853. Os novos estudos demonstram a presença e a contribuição de diferentes comunidades e povos indígenas e africanos antes da sua emancipação política através do presidente, o mulato baiano, Zacarias de Gois e Vasconcelos. Nesse sentido, pode se pensar

que a “invenção das tradições” paranaense está entre aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relação de autoridade.

Adelino possuiu uma ascendência genealógica de pessoas negras escravizadas. Dentre as mais próximas estiveram a sua avó materna Damásia Villela uma mulher paranaense negra e escravizada, que possuía uma irmã na mesma condição de nome Lucinda, sua tia avó. O seu avô materno Belarmino Ferreira Antunes, embora não conste no registro de nascimento. Os seus avós paternos também foram pessoas paranaenses negras escravas Bonifácio Alves da Silva e Balbina Maria de Trindade ⁹. Os avós de Adelino foram pessoas “matriculadas escravas” ¹⁰ pertencentes ao Comendador Bonifácio Villela, todas as pessoas trabalharam e residiram durante a segunda metade do Século XIX na cidade de Ponta Grossa, na Província do Paraná.

Segundo Adelino, o Comendador Bonifácio Villela determinou a escrava Damásia, avó materna, que doasse a filha Maria Villela ao casal Maria Christina e Ernesto Guimarães Villela para tutela, respectivamente, nora e filho primogênito do fazendeiro. O escravocrata é considerado por Adelino uma pessoa humanitária de boas condições financeiras, político com forte influência social, adorado pelos mais pobres e detentor do conhecimento da medicina curativa. O mesmo era “um cidadão humano que não massacrava os escravos [...], era muito procurado”, buscava cuidar da saúde das pessoas e distribuía remédios necessários para a cura dos males de quem o procurava para tratamento médico, (SILVA, 2011).

Maria Villela Alves da Silva, (28/03/1880 - 29/12/1967), a partir dos três anos foi tutelada e criada, educada, pela nova família do Coronel da Guarda Nacional Ernesto Guimarães Villela e esposa Maria Christina Guimarães Villela. Aos dezesseis anos, Maria Villela casou com o pedreiro e pintor de paredes, o Alferes Lúcio Alves da Silva, Nhô Lúcio.

Ele deu a tutela de mamãe para o filho mais velho, então mamãe foi criada pelo filho mais velho do Comendador, os donos dos escravos, [...] e, o filho mais velho criou a mamãe como sua filha, [...] criou bem a mamãe, deu pra mamãe a educação das escolas da época. (SILVA, 2011).

⁹ Registro Civil Obrigatório de Nascimento e Óbitos de Nacionaes e Extranjeiros de Adelino Alves da Silva. Distrito de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Oficial do Registro Civil: Marcolino Gregório de Paula. Certificado nº 7298. 29 de Novembro de 1915.

¹⁰ O Registro ou Matrícula do escravo, peça, garantia a posse deste pelo senhor. A Lei do Ventre Livre, 1871, e a Lei do Sexagenário, 1885, em seus dispositivos constitucionais decretavam, entre outros artigos, que os cativos que não fossem matriculados pelos senhores, ou representantes legais destes, fossem considerados libertos. Entretanto, a manumissão, alforria, só poderia ser concedida no seu município de origem e, eram os registros que provavam as residências dos cativos. José Pereira de Santana Neto, “Um Abuso dos seus Direitos”: a matrícula de 1885, Benedito e a liberdade pelo Fundo de Emancipação, Bahia. UNICAMP. - 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, UFPR, 2015.

Adelino selecionou, construiu e demarcou a sua memória a partir das memórias e documentos escritos da família, ou seja, das pessoas, lugares e temporalidade social. Neste enquadramento de memória, a atitude do Comendador Bonifácio no processo de doação, tutela e educação de Maria Villela ao seu filho primogênito foi considerada um golpe de sorte para o futuro da mãe. Isto torna manifesto em Adelino quando reconhece a benevolência e o sentimento humano dado aos escravos pelo seu senhor. Análoga e concomitantemente, Adelino desconhece os direitos que assistia a sua avó, assim como a criança Maria Villela, a sua mãe, quanto à disposição de fazer-lhes valer, “em qualquer caso de alienação em transmissão de escravos”.

No referido período que trata do nascimento dos pais de Adelino já havia sido promulgada em 1871, a Lei Imperial Nº 2.040, Lei do Ventre Livre. A Lei declarava de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem desde a data da promulgação da referida lei. Era dito, também, que os filhos menores deveriam ficar em poder ou sob a autoridade dos senhores das suas mães. Entretanto, estes teriam a obrigação de criá-los e tratá-los até completar-se oito anos. Os filhos da mulher escravizada ao chegarem à referida idade teria o senhor da mãe a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até o mesmo completar 21 anos, Nhô Lúcio ao completar 21 anos casou com Maria Villela então aos 16 anos de idade.

Em meio a outras normas instituídas nos seus 10 artigos, a Lei do Ventre Livre determinava também que em caso de alienação ou transmissão de escravos, ficava proibido, sob pena de nulidade contratual, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe. Ainda, cabia aos senhores das escravas criar e tratar dos netos das suas escravas enquanto estas estivessem prestando serviços. No caso de morte da escrava, os seus filhos e netos poderiam ser colocados à disposição do governo, ou entregues nas casas dos expostos. Ainda, em caso da mulher escrava obter a liberdade, os filhos menores de oito anos, que estivessem em poder do senhor lhes seriam, exceto se as mães preferissem deixá-los, e o senhor concordasse em ficar com eles (LEI DO IMPÉRIO, LIM 2.040/1871) ¹¹.

Adelino ao mesmo tempo em que observa a caridade e o gesto humanitário do comendador na adoção, tutela e na educação formal de Maria Villela, considera uma fortuna

¹¹ Lei do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm, acessado em 24 de abril de 2015 às 16h00.

da mesma não ter sido coisificada e reescravizada, temporária, ao completar oito anos. Não intui Adelino, contrariamente, os diferentes poderes utilizados pela família, nobre e patriarcal pontagrossense, para a manutenção dos serviços “escravos” da sua mãe, “criada com filha”, característica esta da sociedade arcaica brasileira que transcorre o modelo da sociedade moderna, a sociedade de classes e do trabalho livre no Paraná, conforme visto por Octávio Ianni, 1988, em *Metamorfoses do Escravo*.

Ao longo do século XIX, o uso do trabalho de menores foi requalificado. A Lei do Ventre Livre dentre várias intenções tinha a de educar os filhos menores dos escravizados e pobres. Os trabalhos dos menores passaram a ser utilizados, de certo modo, através dos mecanismos e práticas de tutelas e adoções das crianças, “filhos de adoção”. Do primeiro casamento do Coronel Ernesto Villela com Maria Christina nasceu dois filhos e, após ficar viúvo do segundo casamento, com a também viúva Maria Sofia Novaes mais duas crianças (SILVA, 2013, pp.10-11). Dos filhos legítimos do Coronel, César, Cristina, Ciro e Ernesto Filho, os dois homens iniciaram faculdades em medicina em São Paulo e engenharia civil, no Paraná, e não se formaram (SILVA, 2011).

O Alferes da Guarda Nacional Lúcio Alves da Silva, “Nhô Lúcio”, (14/04/1874 - 29/06/1953), filho dos escravizados Bonifácio e Balbina Alves da Silva, natural de Ponta Grossa foi pedreiro e pintor de paredes, pai de Adelino. Não obstante as dificuldades, Lúcio aprendeu a ler, escrever e desenhar nas chamadas escolas estrangeiras dos imigrantes recém-chegados, a partir de 1870 em Ponta Grossa. Na ausência de engenheiros eram os pedreiros que traçavam os riscos, calculavam os materiais, outros recursos necessários para as construções das casas, e finalmente as edificavam.

As pessoas diziam como queriam fazer a planta da casa e então papai comprava revistas de São Paulo, desenhava e fazia os croquis para construções das casas Os serviços executados por ele exigia um desgaste físico muito grande porque não tinha máquina, era tudo feito à mão [...], carregava as pedras na “padiola”¹². [...], o alicerce era todo feito à mão, jogava, “punha”, as pedra lá e arrumava tudo lá. Pra cobrir a casa jogava as telha, com a pazinha [...], um punha a telha na pazinha, já o outro lá em cima pegava a telha. O tijolo pra fazer o andar de cima era jogado tudo com a mão, então o que acontecia: a pessoa quando estava com 60 anos estava velha, desgastada. Ponta Grossa foi colonizada por imigrantes italianos e alemães. [...], depois na Segunda Guerra mundial o Brasil tinha pouca gente, então trouxeram mais imigrantes europeus. Eles todos ajudaram, eles tomavam conta da indústria e do comércio, quase tudo era dessa gente, eles não olhavam os negros com bons olhos (sorrisos). A gente estudava, mas eles não recolhiam a gente pra trabalhar, porque a gente era negro. Então, eu tinha que trabalhar como ajudante de pedreiro com o meu pai, e quando apertava lá eu ia lavar uns automóveis pra ganhar um

¹² Nota: Padiola é um tabuleiro retangular, com quatro varais usados por operários da construção civil para transporte de matérias: areia, pedras, telhas tijolos etc.

pouco de dinheiro (sorrisos) e estudava. Eles podiam me recolher num escritório e não podiam me recolher? Por causa da discriminação, era negro, havia muita discriminação, na minha terra em Ponta Grossa como aqui também, havia muita discriminação, entendeu como é que é? (SILVA, 2011).

De acordo Adelino, Ernesto Villela era industrial e possuidor de propriedades nasceu em Ponta Grossa em 1864 e faleceu em 1934, na cidade de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo. Durante toda a vida manteve uma grande amizade com o Lúcio. Ernesto herdou parte da comenda, distinção social da família, e conseguiu o título honorário de Coronel da Guarda Nacional. “Papai e o tutor de mamãe se consideravam irmãos, amigo e irmão” (SILVA, 2011). Posteriormente, o Coronel Ernesto abiscoitou o título honorífico de Alferes da Guarda Nacional para o Nhô Lúcio, considerado pelo filho um “grande destaque para um honrado e brilhante trabalhador braçal”, (SILVA, 2013, pp. 10-11).

Em 1896, Lúcio Alves da Silva e Maria Villela se casaram e foram morar na casa construída pelo casal na Rua Olaria número 8 em Ponta Grossa. O casal construiu uma família: “criaram e educaram 15 filhos, 12 filhos naturais e 3 filhos adotados¹³, Adelino foi o décimo filho natural do casal” (SILVA, 2013, pp. 10-16). Nhô Lúcio foi considerado um pai

¹³ Da união entre Lúcio Alves da Silva e Maria Villela nasceram: Euclides Alves da Silva, (04/08/1897-22/10/1925), o primogênito do casal foi funcionário da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, (RVPSC), artista pintava de Obras de Arte e Músico tocava clarinete, violão e bandolim, morreu, às vésperas do casamento com Leonor Portela, depois de uma viagem para apresentação da Banda de Música Princesa dos Campos na carroceria de um caminhão, tempo chuvoso e frio, para Imbituva; Maria Conceição Alves da Silva, “Marica”, (29/09/1889 - 01/10/1981), única filha do casal, estudou, aprendeu a ler e escrever e foi quem ensinou o futuro esposo, um filho de imigrante polonês recém chegado ao Brasil, Basílio Mocroski a ler e escrever possibilitando-o ao emprego como chefe de trem, ferroviário; João Alves da Silva, “Sargento João”, (24/11/1901 - 21/02/1987), foi Pedreiro especialista em construções de fornos e fogões em alvenarias de tijolos, também assentava azulejos e ladrilhos decorados. Tornou-se conhecido na cidade com a alcunha militar acima citada por ter fundado e integrado a banda de música do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, em 1923; Flávio Alves da Silva (16/08/1903 - 05/10/1905); José Pedro Alves da Silva, (08/08/1905 - 26/03/1921), marceneiro; Dulcídio Alves da Silva, “Tintim” (14/10/1907 - 25/11/1947), viveu aos cuidados da família por ser portador de doenças mentais; Antônio Alves da Silva, “Totó”, (31/12/1909 - 13/08/1999), marceneiro aprendeu ofício especializado na Fábrica de Moveis Jacob Fantic. Tornou-se pequeno empresário da Fábrica de móveis Leny na Rua Sete de Setembro em Ponta Grossa, casado com Rozalina Paes da Silva, com quem teve 14 filhos; Alfredo Alves da Silva, “Dedeco”, (29/11/1911 - 18/12/1947), Músico tocava gaita de foles e a de oito baixos, estudou no período noturno na Escola Profissional Tibúrcio Cavalcanti, a “Técnica Para Operários” marceneiro, pedreiro e pintor na prática aperfeiçoou os ofícios apreendidos, respectivamente, na Fábrica de Moveis Jacob Fantic, e os ofícios de pedreiro e pintor com o progenitor, Lúcio, nas suas atividades profissionais, casado com Maria Augusta teve dois filhos; Lúcio Alves da Silva Filho, “Lucinho”, (23/11/1913 - 27/08/1967), foi Alfaiate exerceu o ofício sempre em casa dos pais, maior ajudante entre todos os irmãos de D. Maria Villela nos afazeres e tarefas domésticas, muito religioso integrante dos grupos das Igrejas Católicas de Ponta Grossa, solteiro; Adelino Alves da Silva, “Doutor filho do Lúcio” (16/11/1915 -); Sílvio Alves da Silva, (24/04/ 1918 - 18/06/2005), Tipógrafo em Ponta Grossa, Oficial e Assistente Administrativo, Encarregado da Seção de Pneus, Borracharia e Patrimônio, além de Chefe Geral do Almoxarifado no DER/PR; David Alves da Silva (01/ 03/ 1921 - 13/03/ 1922). Ainda, foram adotados Domingos Villela: sobrinho de Maria Villela trabalhou na RVPSC, foi ferroviário depois de adulto; Eurides Alves da Silva: órfão de pai em tenra idade, este irmão faleceu em combate na Revolução de 1932; João de Oliveira, “João do Baixo” músico do 13º Regimento de Infantaria prestou Serviço Militar durante a Segunda Guerra Mundial, em Ponta Grossa (SILVA, 2013, pp. 10-20).

trabalhador e enérgico por Adelino, “muito duro o velho, não podia ser banana, tinha que ser enérgico mesmo, tinha muito filhos” (SILVA, 2011). Contudo a mãe D. Maria Villela, a irmã Maria da Conceição, “Marica”, e os irmãos adotados, agregados, são citados diretamente pelo Adelino poucas vezes como pessoas e sujeitos familiares contributivas e ativas nas suas entrevistas e depoimentos.

A manutenção da casa e da família sempre foi compartilhada entre o casal, os filhos e a filha. Conquanto, o sistema de convivência familiar tenha sido pautado e reproduzido com a tradição do princípio da educação e cultura herdado do sistema patriarcal da vida casal na reminiscência da subalternidade, escravidão. A agricultura familiar, subsistência, foi presente e marcante para a manutenção e sustento da família Villela Silva. Para isto, fazia-se uso de parte do terreno e quintal existente na casa da Rua Olaria para criar e cuidar dos animais, além de plantar verduras, frutas e hortaliças para o consumo da família e fazer trocas entre vizinhos.

[...] a gente juntava esterco de animal para adubar o quintal. Eu gostava muito de adubar o quintal quando era guri, do nosso quintal nós tiramos tudo para ajudar nas despesas da casa, (SILVA, 2011). Lúcio Alves da Silva Filho, (29/11/1913 - 27/08/1967), Lucinho, nono filho do casal, [...], Alfaiate, exerceu as atividades profissionais no lar. Era auxiliar habilidoso de nossa progenitora, em afazeres domésticos. Religioso, integrou grupos de praticantes da religião católica. Não se casou. (SILVA, 2013, pp. 12-15).

Além das atividades citadas, ainda existiam as tarefas do interior da casa, - lavar, passar roupas, cozinhar, limpar e organizar, o cuidar da casa, - todas elas ficavam sob a responsabilidade e coordenação de D. Maria que contava com as participações e execução dos filhos, sobretudo Maria Conceição, “Marica”, e Lúcio Filho, “Lucinho”. Contudo, de maneira semelhante às lembranças sobre a tutela e adoção da mãe, a memória de Adelino, a da família, não selecionou para os reconhecimentos pelos feitos domésticos da mãe, irmã, dos irmãos tutelados e do “Lucinho”. Nesse contexto também existe uma hierarquização na seleção, construção e enquadramento das memórias de Adelino.

Os filhos de Lúcio e D. Maria desde criança aprenderam diferentes ofícios e profissões relacionados à área da construção civil, no que ajudaram na manutenção da casa e construção do patrimônio para a segurança da família. Um dos seus irmãos, Alfredo, “Dedeco”, marceneiro, morreu jovem aos 36 anos com complicações respiratórias devido ao acúmulo do pó das madeiras nas vias respiratórias e no pulmão. As ferramentas de trabalho usadas na

madeira, Fábrica de Móveis Jacob Fantic “eliminavam muito pó e, não tinha protetor no uso da plainas e lixadeiras, [...] então, os empregados que trabalhavam ali engoliam todo aquele pó [...] e, meu irmão teve uma doença por excesso de pó nos pulmões” (SILVA, 2011).

Nas memórias de Adelino continuam uma hierarquização dos diferentes papéis dos seus pais na formação familiar. O Alferes da Guarda Nacional, Nhô Lúcio deixou de seguir o catolicismo e tornou-se adventista, é considerado o alicerce e o ponto de origem familiar, o provedor mantenedor e regulador da moral, responsável direto pelo sucesso do grupo no lar e na sociedade.

Eu quando me formei professor, dava minha parte de ajuda pra manutenção pra casa, porque no tempo que papai trabalhava o problema, é que não tinha instituto, não tinha aposentadoria. Ele fez 6 a 8 casas de madeira e alugava aquelas casas pra ter renda porque no tempo dele não tinha instituto, então o senhor veja que a vida foi uma vida de luta. [...], os últimos tempos de escravatura ele pegou. (SILVA, 2011).

Não obstante, no trabalho de memória de Adelino, D. Maria e os irmãos que igualmente participaram da construção, manutenção e subsistência da família no dia a dia, continuam em níveis secundários quanto à importância na constituição familiar comparados ao papel de Lúcio. Adelino considera o trabalho da mãe e da família importantes. Entretanto, D. Maria uma pessoa de sorte, desde quando foi tutelada pelo Coronel da Guarda Nacional, “veja como é que são as coisas, como são as sortes da vida. Criou bem a mamãe, deu pra mamãe a educação das escolas da época” (SILVA, 2001). para continuar subserviente desta vez ao pai, ao lar e ao dever moral de educar além de possuir a responsabilidade de proporcionar aos demais membros da família uma vida de sucesso.

Adelino segue nas suas lembranças referentes à mãe, D. Maria, a irmã Marica e ao irmão Lucinho fazendo usos da estratégia do silêncio, mecanismo semelhante ao dos opressores em relações de submissão e, assim mantém o poder, prestígio e privilégios da maioria dos homens da família em não fazer determinadas atividades domésticas. Ou então, a escolha pelo silêncio na seleção e construção das suas memórias se deve e pode está a serviço de uma resistência ao não enfrentamento as diferentes formas em que se deu o racismo na sua trajetória. Dessa maneira, o engenheiro reproduz a violência da sociedade preconceituosa e racista em que viveu.

Adelino durante toda a sua trajetória aprendeu a manusear de diferentes maneiras o silêncio. Outras vezes, ele o manipula em suas reminiscências de vida com o objetivo

demonstrar a superação às dificuldades impostas pelo o seu lugar de origem social, econômico e de pertencimento étnico.

A minha roupa que estava toda gastada, acabada eu mandei fazer terno novo, os colegas se admiraram quando eu fui com o terno novo para a escola, (risos e tosse), e os velhos eu dei para os pobres, [...] a vida mudou, roupa boa, ai não comia mais pão com banana, comia comida comum (tosse e risos), são todas coisas da vida de um estudante pobre, lutador [...] eu lutei, tive méritos nunca desanimei (tosse e pequena pausa), e nunca briguei com ninguém aguentei calado (tosse), comigo na certa porque eu era organizado, [...] (SILVA, 2011).

Se para Elie Wiesel, “o silêncio é uma maneira de o algoz matar a consciência de um povo” para além do uso habitual da força física. Para Adelino o uso do silêncio é uma forma contrária, mas com o mesmo objetivo do algoz, demonstrar o poder, a superação e o mérito pelas conquistas. Assim, Adelino reforça e reproduz parte da violência passada ao longo da vida. O pontagrossense sobreviveu à opressão imposta pelas elites e conseguiu se inserir em espaços que não foram pensados para pessoas iguais a ele, e não observa que a sua promoção social está ligada a diferentes processos e atores e agentes que são parte integrante desse seu novo lugar social. A estratégia individual do silêncio resolveu a questão individual, contudo por vezes contribuiu para dar continuidade às práticas dos algozes ao grupo étnico ao qual ele pertence.

Nas memórias de Adelino são inegáveis e incontáveis o seu lugar de fala, este discurso versa sobre uma resistência em não trair ao projeto de família de ex-escravizados, afro-paranaenses. A hierarquia se faz presente, sempre que possível, no discurso da superação das dificuldades atreladas aos discursos da meritocracia existentes dentro das instituições para justificar as conquistas. O homem negro e pobre que superou as dificuldades conseguiu o curso superior e, tornou-se um engenheiro e pai de família respeitado, portanto assim é merecedor da ascensão e reconhecimento social, por parte das pessoas brancas e pretas. Neste processo, assimilou a cultura patriarcal imposta pelo colonizador e reproduz a fala e, as distorções entre as elites e as classes populares.

Na imensa família de D. Maria Villela e Nhô Lúcio ocorreu um modelo de ajuda mútua para sua construção e sobrevivência. Outras pessoas ‘pretas’ foram incorporadas a linhagem dos Alves Silva para ajudar na manutenção e sobrevivência da família: tutelados, agregados e adotivos. De certo modo, nesta inserção, a cooperação, solidariedade e participação coletiva existente apontam para características fundamentais encontradas nos

modelos das famílias estendidas características universais, mas também específicas dos diferentes povos africanos, a eles não são dadas as devidas importâncias por Adelino, talvez por desconhecê-las.

4 – TRAJETÓRIA NA UNIVERSIDADE

O curso de engenharia civil para Adelino começou no Ginásio Regente Feijó, Ponta Grossa, em 1942¹⁴. Para acessar aos cursos superior de Direito, Engenharia e Medicina era determinante a obrigatoriedade dos candidatos aos cursos a fazerem cursos Pré-acadêmicos, preparatórios, para a admissão as diferentes áreas em todas as faculdades autorizadas do país.

O curso Pré-acadêmico me abriu perspectivas e senti que estudar Engenharia poderia ser um objetivo real, ao meu alcance. [...], por indicação de um colega do curso Antônio Prieto, que era topógrafo da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, consegui um estágio não remunerado naquela instituição, onde obtive os primeiros conhecimentos técnicos de desenho e fundamentos de topografia. (SILVA, 2013, p. 28).

Adelino quando ingressou no Pré-acadêmico de Engenharia ainda estava indeciso qual o curso fazer: “tive que analisar o problema do cidadão pobre Agrônomo e a atividade do cidadão pobre Engenheiro” (SILVA, 2011). Ao certo não sabia se faria o curso de Agronomia pela experiência adquirida durante o período que trabalhou na agricultura de subsistência no quintal doméstico com a família, ou se faria o curso de Engenharia Civil para melhorar a situação financeira dele e da família.

Em 1943, Adelino Alves da Silva ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. A qualificação para habilitação à instituição superior aconteceu após concorrer ao vestibular daquele ano com outros candidatos¹⁵. Adelino ingressou no curso de Engenharia em uma turma com 100 alunos, todos os colegas eram homens brancos, exceto ele. Ao lado dos cursos de Direito e Medicina, a Engenharia dividia a preferência dos cursos para os jovens filhos da elite política, econômica, - ervateira e madeireira, - social e branca do Paraná, desde a fundação da Universidade do Paraná em 1912.

Aos 26 anos, Adelino mudou o seu endereço da Rua Olaria onde nasceu em Ponta Grossa para a Rua Paula Gomes, uma pensão a três quadras de distância da Faculdade de Engenharia, situada na Praça Santos Andrade, em Curitiba. Neste período, transferiu também os seus empregos de professor normalista no funcionalismo público do estado,

¹⁴ ARQUIVO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA UFPR. Solicitação de inscrição no Concurso de Habitação, Pasta 801.

¹⁵ IDEM, IBDEM.

[...]. Economizei este dinheiro para vir a Curitiba estudar, [...] e porque tinha que ajudar nas despesas de casa, [...], fui depositando isso na Caixa. Naquele tempo, o juro, a Caixa pagava 1,5% de juros por mês, e a gente, punha todo o dinheiro que ganhava lá pra ir rendendo, por isso eu fiz a minha base nos primeiros anos. [...], filho de pobre precisava primeiro formar uma base financeira para depois estudar. É que depois veio a guerra e, veio a inflação forte. E a inflação começou a comer o dinheiro da gente. (SILVA, 2011).

Adelino precisou planejar constituir e organizar uma base financeira diferente da sua realidade de arrimo de família para a permanência no curso que demandava um alto capital intelectual e, sobretudo, suporte econômico.

A Universidade do Paraná desde a data da sua fundação em 19 de dezembro de 1912, - uma data com 9 anos de atraso das comemorações de 50º do aniversário da emancipação política da Província do Paraná, - até a sua federalização em 1950 foi uma instituição de educação superior privada, particular. Conforme Ildelfonso Puppi, a Faculdade de Engenharia do Paraná fundada juntamente com as Faculdades de Direito e de Medicina por Victor Ferreira do Amaral e Silva e Nilo Cairo, ocuparam inicialmente um sobrado na Rua Comendador Araújo.

A Universidade do Paraná e as suas três faculdades surgiram como instituições privadas, entidades livres, observados os critérios de unicidade e centralização com escolas e setores circunscritos a determinada área e com um estatuto elaborado. O título de primeira universidade do país foi perdido em 1918, cinco anos depois de fundada por sua instalação não contemplar as regulamentações da secretaria de controle e fiscalização do governo da República através da Lei Maximiliano de 1915.

A reconquista do título de Universidade do Paraná se fez em 1946, depois de tê-la perdida em meados de 1918, - provocada pela Lei Maximiliano¹⁶ -, fazia parte do projeto civilizador, o que denota sinal de progresso com desenvolvimento intelectual, com a implantação de mais cursos técnicos e acadêmicos. (SANTANA, 2013, p. 25).

¹⁶ Lei Maximiliano: decreto federal nº 11530, de 18 de março de 1915 determinava que a Universidade do Paraná se reorganizasse e retornasse ao ensino médio e superior para melhor controle e fiscalização do governo da República e, dizia ainda que as escolas particulares só seriam reconhecidas se submetessem à inspeção do governo federal e, para isso ainda teria que ter uma universidade padrão como referência, o que não existia no país naquela oportunidade. Outras condições foram colocadas como, a cidade onde estava instalada uma universidade privada precisava possuir uma população superior a 100.000 habitantes, o que também não contemplava a cidade de Curitiba, com uma população aproximada de 60.000 habitantes.

Conforme o ex-secretário e vice-reitor Puppi, “Fatos e Reminiscências da Faculdade”, (1986, pp. 1-9), o estatuto da Universidade do Paraná foi elaborado pelo Doutor em Direito e Ciências Jurídicas e Sociais João Phâmphilo Velloso D’Assumpção¹⁷. O Doutor D’Assumpção foi um negro curitibano, jurista, professor e primeiro paraninfo da turma da Faculdade de Direito em 1918 (GOMES, 1959, pp. 379-383). A fundação da Universidade do Paraná pela elite política e intelectual paranaense tinha como objetivo intensificar o desejo de progresso, a transformação da sociedade, o fortalecimento da identidade paranaense através da produção do conhecimento científico. Ainda em Santana 2013, aumentar o poder da elite política e econômica local frente à região sul e aos grandes centros econômicos e políticos da época.

A Universidade do Paraná inicialmente idealizada e pensada para produção da construção do conhecimento e abrigar a elite paranaense e regional. Passou a receber em pouco número, alunos/as de capital social e econômico de menor competência, pobres e negros/as, os filhos/as dos recém-libertos da escravidão e imigrantes europeus. Em março de 1945, a curitibana empregada doméstica e professora, primeira engenheira da região sul e, primeira engenheira negra do Brasil, Enedina Alves Marques para ingressar na Universidade do Paraná, a título de matrícula pagou a quantia de 425\$000, quantia correspondente a quase dois salários mínimos em 2013 (SANTANA, 2013, p. 37).

Desde a sua fundação, a instituição privada trazia no seu estatuto a reafirmação da emancipação política do Estado e, ao mesmo tempo, a construção e necessidade do reconhecimento da intelectualidade paranaense no cenário científico nacional (PUPPI, 1986, pp. 1-9).

A partir de um contexto histórico, político, social, cultural e, sobretudo, econômico, embasados em uma filosofia positivista, evolucionista e liberal que orientava o Brasil da Primeira República, os grupos da elite paranaenses não se apresentavam como instrumentos neutros, e sim como coligações de perpetuação dos sujeitos que controlavam o poder. (SANTANA, 2013, p. 35).

¹⁷ Doutor João Phâmphilo Velloso D’Assumpção era um pardo, negro curitibano, (1868 - 1945), diplomou-se em Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo juntamente com Emiliano Pernetá, em 1889. Depois em Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais na mesma faculdade em 1897. Em 1912, após elaborar o estatuto da Universidade do Paraná foi o paraninfo da primeira turma de Direito da Faculdade de Direito do Paraná em 1918. De (1917-1932), fundou e foi o primeiro presidente do Instituto dos Advogados do Paraná. João Phâmphilo em 1932 fundou e foi o primeiro Presidente da Ordem dos Advogados seção Paraná, (OAB/Pr.), onde permaneceu até 1937, em dois mandatos consecutivos. Em 1936, fundou e ocupou a Cadeira Bento Fernandes de Barros na Academia Paranaense de Letras, (APL). Durante os seus últimos anos de vida recorreu ao auxílio e pecúlio da OAB/Pr. Conf.: GOMES, Martins Oscar. **O Professor Phâmphilo D’Assumpção Perfil Póstumo**. Curitiba. pp. 379-383. 1959.

A elite ervateira e madeireira paranaense ao enviar os seus filhos para os grandes centros científicos já não considerava suficiente à distinção intelectual, social e cultural destes jovens abastados dos outros capitais diferentes trazidos pelos novos imigrantes, sobretudo alemães, italianos e poloneses que chegavam ao Estado do Paraná patrocinado pelo projeto e política de branqueamento da raça nacional, racialização, legitimado pelo Estado Brasileiro.

O cronista Nestor Victor na sua obra “A Terra do Futuro”, (1910), deu destacada atenção louca, europeia, para a aparência geral da sua população infantil em jardim de infância e turmas do curso primário durante visita a uma escola curitibana na companhia do poeta paranaense Emiliano Pernetá.

É um lindo espetáculo sob tal aspecto principalmente o da louca multidão que representam os pequenos alumnos do Jardim da Infância onde estive. A gente de côr entra ali apenas numa proporção de 2 a 3 por 100. E é interessante verificar pelo livro das matrículas, como fiz, naquele estabelecimento e nas escolas primárias, a origem daquelas creanças referente a nacionalidades: brasileiros, italianos, polacos, allemães, austríacos, hespanhões, turcos, belgas, francezes, suecos, ingleses, é o que se lê, inquirindo da respectiva paternidade (VICTOR, 1913, p. 189).

Havia naquele momento uma presença desigual entre as crianças brasileiras matriculadas, as filhas dos novos imigrantes e, especialmente as negras matriculadas nas escolas primárias. A presença das crianças negra nas escolas era assegurada pela legislação do fundo de emancipação de 1871. Segundo o historiador Flávio Gomes, até o final da Primeira República, nada ou pouco havia sido comprida, especialmente no caso da parcela do imposto a ser destinado à “educação dos filhos dos libertos” (GOMES, 2005b, pp. 9-10).

Nesse sentido, nos primeiros trinta anos da República, os novos estados brasileiros, com autonomia constitucional para gerir o ensino primário e secundário, implementaram políticas de instrução e educação. Contudo, o mau uso feito pelos gestores da educação dos recursos destinados à instrução fortaleceu a discriminação e o racismo existente na sociedade brasileira. Conclui-se que estas práticas políticas e gestoras desde o início são responsáveis, também, para a inexistência, invisibilização e determinar o lugar social dos descendentes das pessoas escravizadas, estigmatizadas e segregadas pela sua cor preta, no Paraná.

Durante o primeiro lustro da República, a política do projeto de branqueamento do país, em grande medida, financiou a chegada de imigrantes brancos europeus ao solo brasileiro. Estes europeus trouxeram em suas bagagens a recém-cultura da educação e da instrução, pilares de uma sociedade de classes livre, igual e fraterna, importantes bases para

alcançar o poder político e a ascensão social. Contudo, com a sistematização e a forma de poder político exercido pelas oligarquias nacionais, esse capital nem sempre precisou ser utilizado como mais valia, já que o grupo étnico ao qual pertenciam os imigrantes brancos os tornava com preferências e privilegiados juntos aos brasileiros.

O projeto nacional de construção de uma identidade mestiça foi legitimado pelos intelectuais e cientistas através da cientifização do racismo, o racialismo. Nesta mestiçagem, os indígenas e os negros foram colocados em posições de inferioridade frente aos brancos europeus tidos como os aptos intelectualmente, possuidores de mais e melhores culturas, ademais civilizados.

Para este período, a historiadora Ângela de Castro Gomes, pensa a definição de intelectuais ao grupo de “profissionais” da produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos e cada vez mais adaptado ao não uso da força física. Ser é intelectual é ser um

ator político do campo da cultura, é tratado como um personagem integrado a redes de sociabilidades diversas e com diferenciados formatos educacionais tendo tradições intelectuais também variadas. (GOMES, 2009, p. 26).

Dessa maneira, a Universidade do Paraná através dos seus intelectuais estaria ligada a processos de transmissões culturais. Nestes, os produtores do conhecimento herdariam bens culturais, políticos, econômicos e toda uma diferente rede de sociabilidades que possibilitariam a manutenção do seu *status quo* através dos prestígios e privilégios herdados.

Tornou-se necessário fortalecer o poder político local. Em grande medida, a fundação de uma universidade privada pelos burgueses legitimou e representou através da distinção dos seus intelectuais nativos o poder político no recém-criado Estado do Paraná. Conforme Boris Fausto, na Primeira República, o que se observava eram vários dos interesses dos diversos setores burgueses não se definindo estritamente segundo os critérios econômicos (FAUSTO apud CARDOSO, 1976, p. 234). Outras apreciações com bases educacionais e culturais positivistas corroboraram e representaram a manutenção do *status quo*.

Nesse sentido, a Universidade do Paraná através dos seus intelectuais legitimou e fortaleceu o poder político e simbólico da burguesia ervateira e madeireira paranaense na nova sociedade de classes no sul do país. O conhecimento acadêmico local tomou a forma de outras disputas regionais pela conquista do poder central. Cidades como Curitiba, Ponta

Grossa e Morretes passaram a usufruir dos benefícios das produções acadêmicas. As suas ideias e símbolos tornaram-se mais presentes com a intensificação da prática da eugeniação e segregação espacial nos seus planos urbanísticos.

Historicamente, a receita oriunda das mensalidades dos alunos, ainda que alta, não eram suficientes para o custeio das despesas correntes e investimentos como ampliação das instalações da Universidade do Paraná. Conforme Ildefonso Puppi ocorreram doações e subvenções de recursos feitos pela União, Estado e municípios paranaenses: Curitiba, Morretes e Ponta Grossa. Às vezes, os valores somados chegavam a aproximadamente 80% para o custeio e investimentos na instituição de ensino superior (PUPPI, 1986, p. 32). Através destes acordos políticos, o dinheiro público manteve as faculdades e a Universidade do Paraná, instituição privada, por décadas até a sua federalização, tornando-a definitivamente pública e gratuita em 1950, contudo sem torná-la democrática quanto à presença de pessoas pobres e negras.

Havia uma contrapartida exigida pelos órgãos públicos, esta era o sistema de bolsas de estudos integral para os filhos de trabalhadores menores de idade e, ou alunos operários que adentrassem a universidade, e estes por fim teriam que doar parte do seu tempo para o auxílio no ensino para as faculdades, os instrutores.

Era frequente virem as listas dos nomes favorecidos com um número bastante superior ao do limite convencionado, e fácil verificar que, na sua maior parte, não se tratava de estudantes reconhecidamente carentes, [...] Eram admitidos gratuitamente não apenas os indicados e aceitos em decorrência da cláusula das subvenções mas também o aluno que fosse proletário ou filho menor de proletário sem meios para custear os seus estudos (PUPPI, 1986, p. 32).

Essa aparente contrapartida da cláusula das subvenções nem sempre se fez cumprir. Dois estudantes pobres, trabalhadores e negros, Enedina Alves Marques e Adelino Alves da Silva¹⁸, ao estudarem na Faculdade de Engenharia na década de 1940 não utilizaram integralmente os benefícios contratados pelos governos e a instituição de ensino superior.

Prá ingressar na universidade não apelei prá ninguém [...], fiz exame de vestibular [...], sem precisar de auxílio de ninguém [...], só de minha vontade e de Deus e, assim ingressei aqui na universidade, lutei, por causa da dificuldade financeira. O primeiro ano, o segundo e o terceiro [...], depois rebentou a guerra, [...] começou a crise no Brasil, o custo de vida encareceu [...], eu era terceiro anista, olha passei um aperto tinha dia que a minha comida era banana com água, tinha dia que era pão com banana, você veja como foi que apertou o negócio. Quando eu estava no último ano,

¹⁸ ARQUIVO DO SETOR TECNOLÓGICAS DA UFPR: Assentamento Escolar e Histórico Acadêmico 1945. Pasta número 539. Idem: Assentamento Escolar e Histórico Acadêmico 1946. Pasta número 801.

o Diretório de Engenharia tomou iniciativa e conseguiu uma vaga de ensino gratuito pra mim... Eu já tinha pago a matrícula [...], da secretaria da universidade e vieram me chamar: “nós queríamos devolver pro senhor o dinheiro que o senhor pagou da anuidade e matrícula[...], o senhor ganhou matrícula de graça... ganhou ensino de graça, este ano o senhor não paga nada...vou lhe devolver todo o dinheiro que o senhor entregou aqui”, (sorrisos). Mas aí eu já estava numa situação financeira boa [...]. O ensino gratuito era pros filhinhos de papai... Me devolveram todo o dinheiro daquele ano que eu não precisava mais. E o Senhor viu como é que é e, a Enedina nunca conseguiu... (sorriso). [...] ensino gratuito era para os filhos dos peixinhos como lhe falei aqui, pra mim eu pedi, eu pedi, pois meus colegas mandavam que eu pedisse, [...] pedi ensino gratuito, possuía 20 vagas: o estado sustenta 10 alunos e as prefeituras sustentam outros 10 alunos. O requerimento morreu no protocolo, nunca ninguém foi lá atrás de mim, requeri três anos nunca consegui, no último ano quem conseguiu foi o Diretório de Engenharia, mas ai como eu disse eu nem precisava. (SILVA, 2011).

De um lado, o argumento da meritocracia e do silenciamento presentes no discurso de Adelino são ambíguos para justificar a capacidade de superação do ser humano. A preleção de Adelino colabora e reforça os mecanismos de discriminação institucional em prática na república. Do outro lado, o conhecimento dos colegas da informação de direito ao benefício voltado para os trabalhadores e os mais pobres, devido às redes de sociabilidades ¹⁹ com os seus familiares, amigos, grupos étnicos, classe social etc.

As explicações e justificativas de Adelino de que se uma pessoa consegue alcançar o sucesso planejado, outras pessoas também poderão superar as mesmas dificuldades, sem levar em consideração o ponto de partida de cada indivíduo são ambíguas. Nesse sentido, Adelino não comenta que a sua diplomação foi obtida devido à poupança feita na Caixa Econômica, além da aplicação dos seus salários de professor com acréscimos inesperados e o silêncio das dificuldades em morar, fazer refeições e das poucas roupas foram mecanismos e estratégias fundamentais para a superação das dificuldades institucionais. Além de ter ingressado na faculdade com uma idade média em 10 anos superior a maioria dos colegas.

¹⁹ Nota: Tomei a liberdade de uso do conceito de redes de sociabilidades emprestado de Ângela de Castro Gomes (1993, p. 65) para serem pensados em duplo sentido, organizacionais e espaços de afetividades, respectivamente: (...) O primeiro, contido na ideia de rede, remete às estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que tem como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e trocas intelectuais. Salões, cafés, casas, editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de ideias. A segunda, acepção de sociabilidade estaria secretada nos espaços de afetividade, pois: (...) se o espaço da sociabilidade é “geográfico”, é também “afetivo”, nele se podendo e devendo recortar não só vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especiais.

Por outro lado, Mauro Lacerda Santos, (1928-) ²⁰, acadêmico matriculado no curso de engenharia, (1947-1951), conseguiu bolsa de estudos e foi instrutor, “Auxiliar de Ensino” da Cadeira de “Topografia” em 1949 na Faculdade de Engenharia do Paraná. Após 1951, depois de diplomado engenheiro civil, Mauro foi professor instrutor da cadeira de “Materiais de Construção” e passou a acumular cargos institucionais. Em 1972, através de concurso público tornou-se professor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná²¹ e, posteriormente Diretor do Setor de Tecnologia da UFPR. Mauro era filho de Estella Barbosa de Lacerda Santos e, sobrinho do Reitor e Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, (1903-1983), primeiro presidente do CREA/Pr. (1934-1936) ²².

Flávio Suplicy de Lacerda foi professor, vice-reitor (1948-1949), e reitor (1949-1964) e (1967-1971), da UFPR e, entre este período tornou-se o primeiro Ministro da Educação da Ditadura Militar (1964-1966). Talvez, coincidentemente, durante a trajetória acadêmica e quase toda trajetória profissional de Mauro Lacerda dos Santos na UFPR. O reitor Zaki Akel Sobrinho ²³ afirmou que:

Não podemos apagar a história, nem tampouco reescrevê-la. O reitor Flavio Suplicy de Lacerda foi um dos líderes do intenso esforço que resultou na federalização da Universidade do Paraná, contribuindo assim para que tivéssemos a primeira universidade pública e gratuita de nosso Estado. (SOBRINHO, 2014).

Objetivamente, não é apagar a história, ainda que sobre o ponto de vista de quem deteve o poder político e econômico local. Contudo, entender que o processo de federalização do ensino superior estadual privado, particular, aconteceu em toda a Federação Nacional neste período.

A distinção entre as conjunturas favoráveis, ou não, às memórias marginalizadas sob o ponto de vista de Michael Pollak, “é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o

²⁰ ARQUIVO DO SETOR TECNOLÓGICAS DA UFPR: Assentamento Escolar 1949 e Histórico Acadêmico. Pasta número 1348.

²¹ Idem, Ibidem.

²² A sessão de posse e instalação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 7ª região, sede Curitiba, aconteceu na sede do Instituto de Engenharia do Paraná, 1934, e foi presidida pelo engenheiro civil Flávio Suplicy de Lacerda, indicado pelo Conselho Federal e os engenheiros civis conselheiros eleitos da Faculdade de Engenharia e do Instituto de Engenharia do Paraná. Conforme CREA/Pr. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/CREA-PR>, acessado em 03 de maio de 2015, às 15h00.

²³ Recorte do texto em nota oficial do Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho, Reitor da Universidade Federal do Paraná, UFPR, sobre a derrubada e retirada por acadêmicos contrários da presença do busto de bronze de Flávio Suplicy de Lacerda dos jardins da Reitoria da UFPR. Curitiba, 02 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portallufpr/blog/noticias/nota-oficial-sobre-busto-do-reitor-flavio-suplicy-de-lacerda/> acesso em 05/05/2015 às 10h00.

passado” (POLLAK, 1989). Sujeito pertencente à elite econômica, intelectual, étnica e política paranaense, a história de Flávio Suplicy de Lacerda possui algo da narrativa da memória definida e enquadrada por grupos afins. A memória não é a história, ela é um tema de pesquisa e permanente objeto de reflexão da história. Portanto, é dever do historiador contextualizar, criticar a memória nas suas narrativas, tal qual a identidade paranaense, se faz necessária.

No sentido das construções das identidades individuais, ou das nações, apagar ou reescrever a história do magnânimo reitor é o mesmo que apagar e reescrever a história original e gloriosa paranaense. De acordo Benedict Anderson, nas identidades nacionais como não há um fundador original é praticamente impossível criar uma ascendência de gerações, sendo a única maneira conformar a biografia das nações aos “recuos no tempo” do presente para o passado, logo

as pessoas modernas, as nações precisam gerar uma narrativa de identidade. Entretanto, na história secular de uma pessoa, há um começo e um fim, já as nações não possuem data de nascimento claramente identificada, e a sua morte nunca é natural. (ANDERSON, 2008, p. 279).

analisar as trajetórias individuais dos sujeitos que trazem as suas memórias do subterrâneo a partir de outro de contextos, pessoas e lugares diferentes das autorizadas, não apaga a história, nem tão pouco reescreverá, elas são mais uma história.

De modo que, tanto Flávio com a sua irretocável e grandiosa história, quanto o seu sobrinho Mauro possuíram trajetórias, acadêmica e de vida, com saídas de lugares sociais, raciais, culturais, econômicos e políticos diferentes das categorias de egressões de Enedina e do Adelino. Sobretudo das categorias de Enedina, que inclui o gênero como hierarquia mais desafiadora, - mulher empregada doméstica, pobre e negra, - ao passar por processos de discriminações diferentes das vividas pelo homem professor, pobre e negro, Adelino. Dessa maneira conforme Pollak, as memórias subterrâneas da Enedina e do Adelino podem colorir o passado acadêmico e o paranaense através das suas respectivas trajetórias acadêmicas, profissionais e de vida.

Adelino ao chegar a Curitiba proveniente de Ponta Grossa recebia um salário de 360\$000 como professor normalista do estado. Durante toda trajetória acadêmica morou no mesmo pensionato. Período de muita economia, prejuízo na permanência acadêmica “deixei de ajudar a família, pois tinha que pagar os estudos na capital” (SILVA, 2011), lembrou com

voz embargada. Em 1943, no primeiro ano na faculdade pagava uma mensalidade na pensão de 120\$000, no ano seguinte por conta da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial passou a pagar 220\$000.

Na pensão em que eu morava, a maior autoridade era um segundo sargento do exército que estava separado da mulher [...], no mais era tudo pé-de-chinelo [...] era uma pensão que predominava operário [...] trabalhador de construção civil [...] tinha desde operário braçal até mestre de obra, mestre de carpintaria, mestre de cortar e armar ferro pra construção, ou se não pedreiro, carpinteiro, eram os meus colegas de pensão. (SILVA, 2011).

O baixo salário recebido pelo funcionalismo público, principalmente os professores, devia-se a uma economia em crise, a Segunda Guerra Mundial, e a opção do interventor do estado Manoel Ribas, (1932-1945), pelos animais. “[...] o nosso interventor não gostava de funcionário, ele gostava de cavalo e de roça” (SILVA, 2011). Durante a Segunda Guerra Mundial período de crises econômicas, sociais e políticas sob a ditadura Getúlio Vargas, o interventor paranaense ficou conhecido entre os trabalhadores da educação como uma pessoa mais afeita a vida rural e aos animais que aos funcionários públicos, Adelino sentiu o impacto dessa época.

Com pouco salário de professor, congelado pelo Interventor Manoel Ribas, passei por grandes necessidades. Contidos, meus proventos eram suficientes apenas para pagar o Curso e a pensão em que me instalei, sobrando pouquíssimo (quase nada) para as demais despesas. Quando perdia o horário do almoço na pensão, eu passava a pão e banana. (SILVA, 2013, p. 29). Quando eu estava apertado, mas com a corda no pescoço, foi nomeado governador o Desembargador Dr. Clotário Portugal, presidente do tribunal de justiça porque não tinha legislativo (SILVA, 2011).

No segundo semestre de 1945 com o término da Segunda Guerra e, posteriormente, durante a transição do Estado Novo para a redemocratização do país com a deposição de Getúlio Vargas do governo central e, dos interventores estaduais. Clotário Portugal, o novo governador, assumiu em 3 de novembro de 1945 e por motivos de saúde afastou-se em 25 de fevereiro de 1946. Entretanto, na sua posse, assumiu o compromisso e o fez cumprir de reajustar o salário dos servidores da educação do estado por considerá-lo defasado em decorrência da crise que passou o país durante a Segunda Guerra.

Então, os professores passaram a receber o salário base de 700\$000 em dezembro do mesmo ano. Em fevereiro de 1946, antes de Clotário Portugal transmitir o cargo para Brasil

Pinheiro Machado (fevereiro 1946 a outubro de 1946), Adelino foi promovido na função e o seu salário foi elevado para a quantia de 1.200\$000,

Em abril de 1945, fui transferido para a Escola da Penitenciária do Estado, trabalhando no período noturno. A atividade era basicamente de alfabetização. [...]. Na Escola Regimental da 5ª Cia. de Intendência do Exército Brasileiro, em 1945 ministrei aulas no período das 12 às 14 horas. Em 1946 fui designado para reger uma das suas classes noturnas. (SILVA, 2013, p. 36). Estava bem de vida eu mandei fazer três ternos de caxemira [...] os colegas de quando em quando, eles me levavam pra estudar na casa deles e me davam uma comida melhor (risos) então naquele dia eu almoçava ou jantava melhor. Mas quando eles iam estudar comigo, eles se sujeitavam a comer a banana que eu comia, comiam com a maior satisfação [...]. No grupo escolar que eu trabalhava, eu trabalhava um dia de manhã, e um dia à tarde. A turma de colegas ia estudar comigo e às vezes comiam o jabá lá da pensão (risos) [...] assim eu lutei, tive méritos nunca desanimei e nunca briguei com ninguém aguentei calado. (SILVA, 2011).

as condições de permanência de Adelino melhoraram tanto na faculdade, quanto da sua qualidade de vida na pensão. O acadêmico pontagrossense passou a comprar os livros normalmente, e regularizar as mensalidades da faculdade atrasadas, como faziam os colegas. Deixou de esperar os convites dos colegas para irem às residências deles estudarem juntos, e dali aproveitar para fazer as refeições. Também mudou os hábitos, passou, então, a convidar os colegas de faculdade para estudarem na pensão sem mais o medo de não terem do que se alimentar, além de pão com banana. Trocou o guarda roupa, passou a usar ternos finos, bem cortados e de bons tecidos.

A busca do reconhecimento e recompensa auto imputada contidas nas memórias seletivas de Adelino no percurso acadêmico, o mérito, são quase sempre justificado na capacidade dele de usar de estratégias oriundas de outras trajetórias. Nesse sentido, a superação aos obstáculos impostos pela coletividade acadêmica e social para driblar, enfrentar, as barreiras perpassaram pelas experiências das dificuldades e da criação familiar em Ponta Grossa.

Os livros que eu não podia comprar eu ia ao Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, (DEAP), tinha biblioteca boa, eu consultava os livros de lá, ou, se não encontrasse ia à universidade tinha biblioteca muito boa... a gente ia lá consultar [...]. Eu não tive pai pra me dar dinheiro, eu fui o meu pai. (SILVA, 2011).

As dificuldades para os diferentes e diversos pagamentos de matrículas, taxas de material e exames de segunda época, estas foram poucas, se fizeram superadas nas bases das trocas simbólicas com os colegas. Mais ensinava, e estudava com os colegas e se alimentava na casa

deles, confirmado por Ayrton Cornelsen. A prática em sala de aula e experiência na profissão de Professor Normalista facilitou para a procura pelos colegas mais jovens com o objetivo de formação de grupos de estudos.

Alguns momentos da trajetória foram marcados por atitudes discriminatórias e racistas, alguns professores eram rigorosos e exigentes. Todos os alunos tinham a obrigatoriedade e compromisso fora da sala de aula. Havia uma dificuldade para a conclusão do curso pela necessidade de complementar os estudos e elaborar diferentes trabalhos. Embora tendo feito o curso no tempo estipulado pela grade curricular, Adelino foi forçado a fazer “prova de segunda época” na disciplina, “Cadeira”, “de Resistência dos Materiais, Grafoestática”.

Em um método que considerava a nota de cada prova valor 5, cinco, a soma das duas notas fornecia a média o valor igual a nota 10, dez. Adelino em 17 de dezembro de 1945, foi submetido aos exames finais da disciplina do Professor Flávio Suplicy de Lacerda, titular da referida cadeira. Nesta, ficou com as notas: prova escrita nota 1,5, e prova oral nota 3,0 e, foi reprovado²⁴.

Só tenho queixa de um professor, que me injustiçou. Em exame final, a turma, por ser grande, foi dividida em duas salas, fazendo a prova no mesmo horário. Na correção, esse professor anulou uma questão minha sob a alegação de que estava semelhante a de um colega, que fizera a prova na outra sala. Era impossível aluno de uma ala colar de alguém da outra. Meus colegas me davam todo inconformismo diante desta injustiça, mas me aconselhavam a aceitá-la, porque todos sabiam que não adiantaria recorrer devido a maneira de ser daquele professor. Mas, inconformado, recorri. Na revisão das provas, o professor admitiu que errara, porém afirmou que não modificara a nota, pois tinha como princípio de vida não mudar suas decisões. Mesmo com a injustiça admitida pelo professor, fui obrigado a fazer prova de segunda época, na qual consegui aprovação. (SILVA, 2013, p. 30).

Entretanto, o historiador ao contextualizar, criticar e corrigir a memória pode encontrar formas distintas de analisar a fala do entrevistado, sobretudo do lugar de fala deste no momento da entrevista ou depoimento. A seguir o mesmo evento narrado pelo Adelino em outro espaço e transcrito *ipsis litteris*.

Eu senti um problema de amizade (baixou o tom da voz). Não sei se o senhor já ouviu falar no professor Flávio Suplicy Lacerda chegou a ser reitor chegou a ser até ministro no governo do Castelo Branco. Foi no Paraná, quando o Dr. Brasil Pinheiro Machado foi governador e levou o Lacerda pra Secretário de Viação e Obras Públicas. O Lacerda não gostava de negro, negro com ele sofria nas costas. A

²⁴ ARQUIVO DO SETOR TECNOLÓGICAS DA UFPR: Assentamento Escolar 1945 e Histórico Acadêmico. Pasta número 801.

Enedina sofreu, e eu sofri... (pausa, respira). Sabe o que ele fez pra mim? Na primeira época, eu tirei uma nota ótima e ele não considerou e me reprovou, fui obrigado a fazer segunda época. Aconteceu o seguinte: Nossa turma era uma turma grande, no mesmo horário a turma foi dividida em duas. Da letra A, eu sou Adelino letra A que é o numero 1 da turma em uma sala, e Nei Pompeu Machado na outra sala, fizemos provas no mesmo horário. Eu fiz uma prova caprichada, pra ganhar... ele dava 50 pontos, eu ganhava 50 numa, e pra ganhar 50 na outra. O que foi que ele fez, identificou a minha questão com a do Nei. Só que eu com o Nei fizemos prova no mesmo horário um numa sala, outro noutra, então eu não podia colar dele e nem ele de mim. O Lacerda identificou a minha prova com a dele e anulou uma questão. E escreveu lá: A questão não convence, a questão idêntica da prova número tal. Escreveu isso na minha prova e escreveu isso na prova do Nei. Só que eu e o Nei fizemos provas no mesmo horário e em salas diferentes. Não podia um colar do outro, eu não me conformei e fui lá falar com ele, fui lá ver qual o motivo da anulação, digo: Doutor Lacerda, o senhor me desculpe, - eu humilde que nem um cachorro -, o senhor identificou a minha prova com a do meu colega, com a do meu colega Nei Pompeu Machado, só que eu e o Nei fizemos prova no mesmo horário e em salas diferente. Eu não ia fazer um erro desses, seria uma barbaridade... eu não era assim... (aumentou o tom de voz), professor o senhor me perdoe, me desculpe, mas o senhor fez isso. O senhor não me leve a mal, me desculpe, peço desculpas desde já, não estou lhe desrespeitando, mas o senhor fez isso, (alterando o tom da voz, aumentando e baixando simultaneamente). Então ele disse: Vamos ir lá na secretaria, marcar um dia pra gente ir lá na secretaria. Marcou o dia, fui lá, ele olhou, e de fato... a prova estava idêntica a do Nei, e vocês fizeram a prova em salas diferentes, mas eu não volto atrás, e daí? Injustamente, fiz exame de segunda época. [...]. A única coisa que eu sei que numa prova ele disse pra Enedina: Assim me contaram os colegas, - você não satisfaz o meu exame. Não satisfeita, ela foi buscar o livro e falou: eu disse o que o senhor escreveu no seu livro, eu disse professor. e deduzi que tal coisa é isso, é o mesmo do seu livro que eu vejo aqui, e ai ele chiou. Você veja como é que é, ela mostrou no livro, o que eu deduzi professor lá no quadro, e a conclusão que eu cheguei estão escritos aqui no seu livro. Ele tem um livro de Resistência dos Materiais, e daí ele teve que abaixar a crista. Na minha ele não quis baixar a crista, ele falou: eu não volto atrás. A turma tinha me dito não vá falar, falaram que ele era perigoso, que ele te persegue no exame. E de fato, no exame ele me deu duro, eu sei que ele me reprovou, eu fui pra segunda época. E na segunda época, ele tinha sido convidado pra ser Secretário de Viação e Obras Públicas pelo governador que era professor também, e ai na segunda época ele não participou, outros professores fizeram as provas. Também aconteceu o seguinte, eu fiz bem a prova e numa questão, eu fiz por dois processos. E quando eu fui fazer o exame oral na segunda prova, o professor que me examinou me perguntou, me examinou, eu fiz uma prova pro professor ver no quadro e depois fiz por outra. Ai ele olhou a minha prova e disse pode ir, e eu perguntei, se ele não ia fazer a oral? e ele disse: O senhor pode ir embora, o senhor já passou... (risos). Eu era o numero um da turma, Adelino, todo mundo se assustou, ele me mandou embora porque eu já passei, porque eu fui bem na prova escrita, eu fiz uma questão uma questão por dois processos ele olhou... (pausa), olhou a prova escrita e me disse: pode ir embora, o senhor já passou. Não tive dúvidas, e a turma perguntou o que foi que ele disse? Ele me disse que eu já passei, me mandou embora. Eu fui embora, mas fiquei p... da vida, e eles confirmaram mesmo, - eu passei em primeiro lugar, porque eu fiz uma questão por dois processos -, você estava afiado mesmo. Se, se, se (gaguejando), se o Lacerda fosse honesto ele teria corrigido o erro que ele cometeu, como é que ele faz um auê desses e fica com a prova que, que, que (gaguejando) um aluno fez de uma sala, outro fez em outra e um copiou do outro. Não pode fazer isso... (pausa), como se nós dois fizemos no mesmo horário e em salas diferentes, ele tem que corrigir, ele tinha que se penitenciar, ele tinha que dar a nota que eu ganhei. (SILVA, 2011)²⁵.

²⁵ DE LACERDA, Flávio Suplicy. **Graphostatica e Resistencia dos Materiais**. Ed.: Globo, 1936.

No dia 12 de março de 1946, Adelino depois de requerer a secretária do curso e pagar para fazer o exame de segunda época, submeteu-se ao exame na “Cadeira de Resistência dos Materiais, Grafoestática”.

E eu também confesso por, ser negro, saber me comportar, todo mundo gostava de mim. Não, não, não (gaguejando), sofria discriminação por parte dos colegas nem por parte dos professores, o único safado foi esse que eu disse, Flávio Suplicy de Lacerda (em voz alta), os demais professores, olha: quando eu fui fazer o último exame da prova oral, que era o professor Durval. Professor Durval perguntou: - era o diretor da escola na época em que eu terminei o curso -, examinei aqui você foi bem, e como é que você foi lá com os outros? Eu fui bem, eu passei lá também. Ah foi, então está aprovado e, me abraçou. (SILVA, 2011).

Desta vez com outro professor, foi aprovado com as notas: prova escrita nota 5,0, e prova oral nota 4,0, conforme conta no seu histórico acadêmico. Enedina Alves Marques dado às dificuldades de aprovação na “Cadeira de Resistência dos Materiais, Grafoestática”, repetiu por duas vezes a disciplina. O investimento com o curso da primeira mulher engenheira do sul do país, além de primeira engenheira negra do país teve um custo adicional de 20% comparado aos de Adelino e do Mauro, bolsista.

Depois da prática de abuso de autoridade com base na cor da pele, na classe social e no gênero de Enedina e da cor da pele e classe social de Adelino. Em 7 de dezembro de 1946, Adelino fez o exame final na disciplina de “Hidráulica, Teórica e Aplicada”, e as notas das provas: escrita 5,5, oral 4,0 e o projeto 3,5 o deixaram mais uma vez bastante aborrecido. Desta vez com um colega com quem dividiu a tarefa da elaboração do projeto e este, cometeu um erro,

Sabe que teve um ano que nosso projeto de hidráulica foi reprovado. E eu fiz o projeto junto com um desses colegas. E esse colega reclamou: Adelino, por que é que toda vez nós fazemos um trabalho junto, você exige que eu espere você pra iniciar o cálculo, precisa rever os cálculos, você precisa confiar em mim, precisa ter confiança nos seus colegas, vamos fazer esse projeto de hidráulica juntos e, eu já comecei os cálculos. Ele me deu um duro e me abateu a moral, digo então eu vou fazer o projeto de hidráulica considerando que essa parte inicial você já fez. Eu vou fazer daqui em diante e, ele errou na base [...], no ponto mais importante de um projeto hidráulico que era o cálculo de vazão pra ver quanto era que precisava de água para abastecer a cidade. Ele errou ali, mas eu comecei de um ponto em diante de onde ele já tinha começado. Fiz um projeto bonito, caprichado, mas com erro de base [...]. O professor quando foi dar a nota, analisou o projeto e me chamou lá no quadro, Sr. Adelino: seu projeto está bonito, tá bem feito, (voz alta, seguida de tosse), só que não foi aprovado. Mas, por que professor? Tem um erro de base, você errou no cálculo de vazão do fator principal (tosse). O senhor e fulano. E eu disse: tá vendo que você disse que eu sou enjoado (tosse), que eu não confio em você, agora

que eu confiei em você, nós entramos pelo cano, passamos pra segunda época. E eu refiz todo o projeto, desde o começo... aí o professor aprovou. (SILVA, 2011).

No dia 3 de março de 1947, se submeteu ao exame de segunda época do projeto da disciplina de “Hidráulica, Teórica e Aplicada”, e conseguiu nota 6,0. Dessa maneira, pode fazer a matrícula para o quinto e último ano do curso. A conclusão do curso pelo foi a tempo considerado por ele normal de cinco anos, período de duração na época. O mesmo não se permitia errar, foi um acadêmico extremamente rígido e exigente consigo mesmo e com os colegas do grupo de estudos e, justificava essa postura pela dificuldade financeira no início da faculdade.

Contudo, o sobrinho do vice-reitor e reitor Flávio Suplicy de Lacerda, Mauro Lacerda dos Santos foi o aprovado com a melhor média entre os três acadêmicos na difícil disciplina, “Cadeira de Resistência dos Materiais, Grafoestática”, conforme apontados na tabela referente às trajetórias de cada aluno, a seguir ²⁶:

Ano	Acadêmico	Atividade	Gênero	Idade	Cor	Média	Grau	Tempo
1945	Enedina	Prof./Dom.	Feminino	27/32	Negra	3,5	4,0	6 anos
1947	Adelino	Professor	Masculino	27/29	Negro	4,5	5,0	5 anos
1949	Mauro	Instrutor	Masculino	18/20	Branco	5,75*	6,0	5 anos

Observação: * Mauro foi instrutor na Cadeira “Materiais de Construção”, recebeu bolsa do curso de engenharia conforme acordo dos órgãos públicos que subvencionavam a Universidade do Paraná e não consta no seu assentamento escolar a nota da sua prova oral, consta somente uma nota, o da prova escrita.

O Desempenho acadêmico de Enedina se encontra em último lugar na comparação com os dados dos históricos acadêmicos dentre os colegas. À primeira vista, pode parecer que a mesma obteve um rendimento inferior aos alunos analisados. Os resultados da pesquisa encontrados através da trajetória de Enedina na FEP não determinam uma inferioridade intelectual, ou de qualquer, outra natureza por a mesma ser mulher, pobre e negra. Ildefonso Puppi (1986) ao dar uma visibilidade às mulheres diplomadas pela FEP e, em seguida, condicionar a conclusão do curso de Enedina à solicitude e à colaboração dos colegas,

²⁶ ARQUIVO DO SETOR TECNOLÓGICAS DA UFPR: Assentamento Escolar e Histórico Acadêmico 1945. Enedina, Pasta número 539. Assentamento Escolar e Histórico Acadêmico 1946. Adelino, Pasta número 801. Assentamento Escolar e Histórico Acadêmico 1949. Mauro, Pasta número 1348.

reproduziu e fortaleceu uma construção social embasada nas distinções entre os sexos, assim como denotou poder por parte de um grupo hegemônico.

4.1 FORMATURA E O ORGULHO EM SER NEGRO DOUTOR

No dia 26 de dezembro de 1947, Adelino Alves da Silva, filho de uma família numerosa, contou com a presença em sua formatura apenas de Nhô Lúcio e dois irmãos. A felicidade pela formação acadêmica, curso superior, de um primeiro membro da família Alves da Silva de ex-escravizados paranaenses foi compartilhada com a dor pelas mortes e luto de dois irmãos mais velhos que Adelino.

A primeira morte a de Dulcídio, “Tintim”, aos 40 anos em 25/11/1947 e, vinte e três dias depois a segunda morte, desta vez a de Alfredo, “Dedeco”, oito dias antes da solenidade, aos 36 anos em 18/12/1947. D. Maria Villela não assistiu a festividade solene de colação de grau e diplomação de Adelino Alves da Silva,

[...] economizei um dinheiro pra fazer uma festinha com a família em Ponta Grossa, fazer um almoço, uma festa com a família, mas não deu. Um mês antes de me formar, morreu um irmão, aquele irmão que morreu um mês antes de me formar, nós já esperávamos a morte, estava com tuberculose, não tinha mais cura, trouxemos ele pra cá, ele se submeteu a uma porção de tratamento, mais não tinha mais cura, estava com tuberculose (tristeza e lágrimas nos olhos), a gente já esperava a qualquer hora a morte. E ele morreu, justamente, um mês antes de eu me formar, nós sentimos tudo, mas nos conformamos, porque pra ele a morte foi um descanso. Agora veja só o que aconteceu: Perdi outro irmão oito dias antes de me formar, esse quase matou a família de tristeza. Oito dias antes da formatura, vinte dias depois do outro. O dinheiro que eu tinha pra fazer a festa eu levei pra ajudar a pagar as despesas dele de medicamentos na farmácia e no hospital. Não, esse dinheiro é pra ficar aqui que é pelas despesas que tiveram com ele. Não quis gastar o dinheiro em festa, não fizemos festa nenhuma. (SILVA, 2011).

assim, resignado acabou o sonho e o desejo da festa de formatura entre os familiares juntos aos amigos dos clubes sociais para negros da elite, como de costume, em Ponta Grossa. A dor da perda dos irmãos, o respeito ao luto sentido pela mãe corroboraram para a decisão. Embora houvesse ocorrido uma economia para o evento, todos os recursos economizados foram direcionados para as despesas das doenças e funeral dos irmãos.

Adelino compareceu à solenidade trajado em um terno bem alinhado feito por um alfaiate da cidade de Ponta Grossa, peça com mais de 65 anos guardado em sua casa. Durante

os testes, “as provas”, do traje uma recomendação toda especial para o formando foi feita pelo alfaiate: “quero que o senhor vá bem bonito; e eu fui bem bonito na minha formatura. Eu tenho o terno até hoje, não uso, mas tenho ele guardado”, (SILVA, 2011). A entrega do diploma foi feita em festividade solene realizada no Palácio Avenida ²⁷ (SILVA, 2013, p. 31).

Naquele tempo, [...], não era comum negro se formar, seja homem ou mulher, era coisa de outro planeta, eu mesmo levei mais de meia hora sendo cumprimentado, com a Enedina foi a mesma coisa, eu estava lá na formatura dela. Todo mundo queria pegar na minha mão, não acreditava (se emociona), um negro doutor, um negro doutor. Papai com os meus dois irmãos que estavam sentados me esperando, tiveram que esperar todo mundo me abraçar, levei meia hora recebendo abraços, não sei de quem era (em voz alta). Eu era o único negro da turma (risos), estava me formando levei tantos abraços. Recebi abraços que eu não sei de quem, levei meia hora recebendo abraços, de moças, de homens, de mulher, porque era difícil um negro se formar, e aquele dia estava se formando o terceiro homem negro no Paraná [...]. Você veja bem: O Doutor Otávio Lima de Alencar em 1918 foi o primeiro e o Professor Nelson José da Rocha foi o segundo formado em 1938, eu que sou filho de pai e mãe negros, sou o terceiro, homem negro, e eram poucos os que estudavam. (SILVA, 2011).

A afirmação do pertencimento com orgulho de uma identidade negra paranaense baseada pelo feito alcançado demonstrado por Adelino é evidente nos relatos oriundos das suas memórias subterrâneas. A negritude evocada da personalidade pelo Adelino surge como recurso para a criação de um coletivo de uma minoria discriminada e pela reivindicação de uma maior visibilidade social dado aos negros em seu apagamento histórico e social na identidade paranaense.

A negritude paranaense, dos afro-paranaenses, contrastantes com a identidade branca europeia é excluída e silenciada de um passado histórico através da branquitude normativa presente e afirmada pelos os seus ritos e símbolos a objetivar a manutenção da tradição e o mito de fundação da Província em 1853. Assim, a negritude e os feitos dos afro-paranaenses são dados como inexistente e, ao mesmo tempo, invisibilizados da história tradicional paranaense, estas construídas e narrada pelos intelectuais locais, historiadores, escritores e pensadores e reificadas pelas diferentes mídias.

²⁷ Prédio atualmente pertencente ao Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, HSBC, a construção histórica é 1929. Em 1991, a família Andrade Vieira proprietária do Banco Bamerindus recuperou o imóvel para ser a principal sede da instituição bancária paranaense. Localizado inicialmente na Avenida João Pessoa, atual Avenida Luiz Xavier confluência com Travessa Oliveira Bello, em Curitiba. Era nesse espaço de luxo que aconteciam as festas mais tradicionais elites paranaenses, além das solenidades das Faculdades: Direito, Engenharia e Medicina da Universidade do Paraná na década de 1940.

Há um mito do “Paraná Diferente”, sobretudo a sua capital, “Curitiba Europeia”. A identidade negra assumida por Adelino no momento importante da sua vida tem um caráter político e de confronto com a identidade padrão paranaense. Segundo a antropóloga Sylvia Novaes, uma identidade evocada, “opera no plano de uma estrutura macrossocial e é um fenômeno que envolve, necessariamente, considerações no nível sociopolítico, histórico e semiótico” (NOVAES, 1993, 24-27). A partir desta, os seus interlocutores podem se dirigir à sociedade ou ao governo, dentro de um contexto que articula poder e cultura, e os mesmos resgatam a sua autonomia e reafirmam a sua diferença.

Quando eu cheguei à Ponta Grossa: olha o Doutor Adelino! Todo mundo queria pegar na minha mão, não acreditava (se emociona, lágrimas caem dos olhos), um negro doutor, um negro doutor. Muita gente que nem me conhecia, porque era branco não ligava, inclusive alguns que era colega de escola vieram todos me abraçar. Eu me sentia bem e, me mantinha na linha. Não mostrava que estava acanhado, não mostrava que por ser negro eu estava me sentindo num grau de inferioridade (pequena pausa), me sentia no mesmo nível. Inclusive certos ricos viram me abraçar. O filho do Lúcio, meu pai, era muito conhecido, (SILVA, 2011).

Contudo, o olhar social da época, 1947, a existência de um “negro paranaense doutor” foi visto como algo *sui generis*. Em grande medida, por uma história paranaense que estava fortemente marcada pela ausência e negação do sistema escravagista e, da presença negra nos processos de desenvolvimento da capital e do Estado.

5 – A ENGENHARIA, DER/PR E O DOUTOR ADELINO

A partir de 1933, a engenharia civil com a sua regulamentação ofereceu competências ao engenheiro civil, em seu Artigo 28: de trabalhos topográficos e geodésicos; o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; idem para construção das estradas de rodagem e de ferro: idem para construção das obras de captação e abastecimento de água; idem para construção de obras de drenagem e irrigação; idem para construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas; idem para construção das obras relativas a portos, rios e canais e dos concernentes aos aeroportos; idem para construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural. Também projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo; a engenharia legal nos assuntos correlacionados com as especificações de todas as competências, perícias e arbitramentos referentes às matérias anteriores.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, (DNER), surgiu em 1937, em decorrência de um processo de extinção da Comissão de Estradas de Rodagem Federais. Criado por Getúlio Vargas o DNER tinha como objetivo elaborar um plano geral das estradas, fiscalizar os serviços técnicos e administrativos, regular e policiar o tráfego no país. Paralelamente, foi criado o Fundo Rodoviário Nacional e, os Estados passaram a receber regularmente verbas específicas destinadas à construção, conservação e melhoramentos das estradas. Para viabilizar a destinação destas verbas foram criados os Departamentos Estaduais de Rodagens, repartições, nos moldes do DNER.

Assim sendo, é criado o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, sob o Decreto-Lei nº 547, em 18 de dezembro de 1946, teve Oswaldo Pacheco de Lacerda, (18/12/1946-10/07/1947), seu primeiro diretor. (CARNEIRO, 2009).

A escolha e o caminho de Adelino para trabalhar no campo da engenharia foi o do estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem. O mesmo, meses depois de ter concluído o curso de engenharia foi apresentado ao Engenheiro Oswaldo Pacheco de Lacerda, por intermédio do engenheiro e empreiteiro, Lysímaco Franco Ferreira da Costa. A quem tinha prestado serviços de topografia, ainda estudante em campo e no escritório do engenheiro e professor da sua empresa.

Neste encontro, o primeiro diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, (DER/PR), garantiu ao recém-formado que assim que retornasse a diretoria do órgão o admitiria. Depois de assumir oficialmente a função Oswaldo Pacheco de Lacerda, cumpriu a promessa: “eu entrei no DER em 01 de junho de 1948, ele mandou me chamar e me recolheu” (SILVA, 2011).

De Adelino, é possível dizer que devido à condição social e étnica ao se tornar engenheiro, teve de demonstrar domínio técnico altamente qualificado para o exercício da profissão. Embora vivendo em uma sociedade de classes precisou desenvolver outras capacidades para ocupar lugar de prestígios em espaços de poder numa sociedade hierarquizada. Segundo Alexandro Trindade, os irmãos engenheiros André e Antônio Rebouças, necessitaram destas habilidades extras para exercerem a função de engenheiros durante o Império, mesmo com a capacitação requerida para o exercício da função.

Qualidades estas valorizadas numa sociedade estamental: a obediência, a humildade, a fidelidade, justamente para poder contar com o ‘favor’ de outras pessoas influentes que os protegessem. (TRINDADE, 2004).

Adelino teve que demonstrar capacitação, formação e competências para ocupar o cargo de engenheiro. Para, além disso, teve que evidenciar características estamentais como a recomendação do seu professor ao diretor do órgão. Nesse sentido, a obediência, fidelidade e humildade se fizeram necessárias, e foram particularidades estratégicas para sentir-se protegido de alguns agentes estatais dominantes na conquista da nova função no DER/PR.

Trabalhou por 18 anos de forma direta ao departamento ligado a Secretária de Viação e Obras Públicas, se aposentou como servidor público 7 de novembro de 1966, ao juntar com o período de professor normalista em diversas escolas do Estado. Retornou várias vezes ao DER/PR como prestador de serviços de empresas privadas e foi convidado para ocupar o cargo de Diretor do órgão. Deixou definitivamente as atividades profissionais em 1983, passando a participar de eventos relacionados à engenharia.

O seu início na nova profissão foi como Engenheiro Fiscal de Obras Auxiliar, com atuação em todo o Estado na Divisão de Construção. Levou consigo toda a experiência adquirida em obras em alvenaria de pedra quando atuou como trabalhador braçal da construção civil na execução desse tipo de serviço, sobretudo com Nhô Lúcio.

Comecei a trabalhar no Edifício Moreira Garcez, o DER funcionava lá em cima, depois, uns cinco anos mais tarde, é que uma parte veio para este prédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas, na Marechal Floriano Peixoto. [...]. Como fiscal de construção participei na abertura de estradas, como a de Curitiba a Lapa, e a da Lapa a São Mateus do Sul [...]. A DER funcionava em instalações alugadas no Edifício Moreira Garcez. (CARNEIRO, 2009, p. 181).

Solicitou transferência para o interior, Jacarezinho, em busca de experiências de outra natureza na engenharia e foi atendido. No Norte Pioneiro do Paraná, participou do amplo programa de pavimentação e fiscalização de obras dos trechos Cornélio Procópio-Santa Mariana-Bandeirantes.

[...] fiz todos os cursos de atualização, nunca tive preguiça, o DER com convênio com DNER e outros órgãos do estado patrocinavam cursos e eu era o primeiro que estava lá buscando atualização [...], eu tirei uma fotografia eu pus todos os meus diplomas no quadro, na parede e fiquei na frente e mandei tirar uma fotografia. (SILVA, 2011).

Em uma época de muitas transformações tecnológicas e ampliação do setor rodoviário estadual, Adelino recebeu convite e retornou para Curitiba, pela primeira vez na curta carreira profissional, para chefiar a recém-criada Seção de Pavimentação. Participe de cursos inovadores, percorreu vários recantos do Paraná para examinar e solucionar problemas, nas diversas áreas de atividades rodoviárias. Teve uma carreira profissional de destaque, exerceu ainda várias chefias no DER/PR: Seção de Obras e Artes Especiais; 1º; 7º e 9º Distritos Rodoviários; Divisão de Implementação Básica e Divisão de Estudos e Projetos.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas, (SVOP), a responsável pelo departamento foi constantemente privilegiada nos orçamentos de verbas frente a outras secretarias. Através dos compromissos políticos e planos de metas, os governos de Moysés Lupion, (1947-1951), e Bento Munhoz da Rocha, (1951-1956), o desenvolvimento dos Planos de Transportes facilitou o repovoamento e a modernização do Estado.

Em 1952 foi criada a Lei ° 1.052 que dispõe sobre a reorganização de Departamento de Estradas de Rodagem. teve como objetivo a circulação dos produtos agrícolas, principal problema que afligia o Paraná. (DER/PR) ²⁸.

²⁸ Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2> Acesso: 24 de maio de 2015, às 15h00.

Nos compromissos assumidos pelos governantes ocorreu a continuidade administrativa. Ocorreu o incentivo tanto à continuação dos fluxos migratórios de paulistas e gaúchos em direção ao norte, oeste e sudoeste do Estado, quanto à necessidade dos investimentos na infraestrutura e busca do desenvolvimento das rodovias e transportes no Paraná e no país.

Adelino possuiu uma carreira com atuação nos mais distintos cargos e funções do DER/PR. Foi Inspetor Regional, Assistente Técnico da Diretoria, Gerente de Supervisão de Obras Novas, Diretor Administrativo e, interinamente, Diretor Geral, além de Assessor do Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, Eng. Eurides Mascarenhas Ribas. Membro do Conselho Administrativo e do Conselho Rodoviário, os órgãos supremos da instituição.

Adelino dentro do órgão continuou com a amizade do colega de turma da faculdade de engenharia Ayrton João Cornelsen, Doutor Lolô, diretor do DER/PR, (01/12/1958-30/01/1961), responsável pelo projeto do Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda, (1958-1965).

Foi Ayrton João Cornelsen, ou seja, Doutor Lolô, [...] quem projetou este prédio aqui, iniciou a construção com os recursos próprios do Estado, meio a toque de caixa [...]. Ele iniciou o prédio e deixou as fundações, digamos, oitenta cento feitos, e começou a funcionar aqui o DER. (CARNEIRO, 2009, p.181). O Dr. Ayrton João Cornelsen, foi meu colega de turma, de família tradicional e, era genro do irmão do governador senhor Lupion (leve sorriso), [...] mais tarde entrou como diretor do DER, meu amigo e meu chefe, não podia me dar cacetada, porque eu ajudava bastante ele (sorriso). [...] eu tive atrito com um engenheiro [...] ele era assessor [...] no tempo que o Dr. Ayrton era o diretor do DER. O nosso colega gostava de pisar nos colegas, e resolveu dar um pisão em mim (sorriso irônico). E não tinha razão, e eu reagi [...] bonito na frente do Dr. Cornelsen. E esse engenheiro me puniu, imediatamente fez uma ordem de serviço muito drástica [...], naquele tempo estava em litígio lá no sudoeste do Paraná, encrência entre posseiro, polícia e governo do Lupion, por causa de terra, ninguém queria ir prá lá, e ele me transferiu prá lá (sorrisos), e eu não tô sabendo de nada. Aí o engenheiro disse: se você não quiser aceitar [...], E eu disse: não tem problema, pode deixar. Se ele tem rabo quente eu tenho maior [...], era um cidadão que era casado com uma sobrinha do governador, o pai dele foi tutor de mamãe, ele era quase que como pessoa lá de casa [...], ele sempre me dizia: quando quiser qualquer coisa, vá falar comigo. (SILVA, 2011).

Durante mais de trinta anos de serviços prestados ao DER, algumas vezes, o Engenheiro Adelino passou por situações de atritos com alguns colegas. Todavia, as soluções dos casos foram favoráveis ao mesmo, por interferências dos ‘amigos’ descendentes da família do Comendador, o senhor da sua avó escravizada, ou outros das redes de sociabilidades feitas na faculdade de engenharia.

Adelino foi testemunha do processo de transformação da engenharia rodoviária nacional. Desde os processos manuais, onde as escavações de cortes eram feitas

manualmente, com usos de pás, cortadeiras, picaretas e enxadões. As escavações em rochas serem feitas com barra mina e tinha todo o material escavado transportado em galhotas, tracionadas por burrinhos. Os bueiros e cabeceiras de pontilhões também eram feitos em alvenaria de pedra. Sendo a maioria das pontes feitas de madeira, raras era pontes de concreto ou metálicas, ademais as estradas principais eram revestidas com cascalho ou basalto alterado. O resultado, dos processos manuais, consistia nas construções executadas em longos prazos, isto predominou até a década de 1950.

Vivi as dificuldades dos processos manuais, em que tinha grande influência nas licitações os números de galhotas disponíveis. A coordenação do trabalho manual e da operação das galhotas era um desafio para que prazos fossem cumpridos. Nos canteiros das obras, os burros, que puxavam as galhotas, tinham as suas limitações e recebiam especiais cuidados, sobretudo nas suas necessidades de alimentação e repouso. Muito importante era o adestramento dos animais, para que pudessem trabalhar eficazmente. No início da minha carreira nas obras rodoviárias, grande era o sacrifício para chegar aos trechos em construção, pois, geralmente, as estradas possuíam leito natural. Conforme o local, quando chovia o recurso era passar a noite no acampamento de construção ou alojamento precário ao longo da estrada. Muitas vezes pernoitei dentro dos veículos de trabalho (Jipe ou Camionete), enrolado na capa tipo oriental, que sempre me acompanhava. (SILVA, 2013, p. 45).

Os processos mecanizados começaram a surgir nas obras do DER/PR por volta de 1949, com as primeiras máquinas para construção de estradas, ainda em pequena produção.

A maioria dos scrapers tinha três metros cúbicos de capacidade e os caminhões basculantes possuíam caçambas de cinco metros cúbicos de capacidade. Era a evolução, o início das transformações. [...]. Os processos manuais foram paulatinamente desaparecendo e praticamente não existiam mais a partir de 1960 (SILVA, 2013, p. 43).

Conseqüentemente, as máquinas substituíram o trabalho braçal, ocorreram desemprego em massa dos trabalhadores, segundo Adelino a maioria foi transferido para o setor agrícola, na década de 1950 em grande desenvolvimento no Paraná.

A transformação para os processos e serviços mecanizados com a sua aceitação pelas empreiteiras, levou a uma transição de equipamentos de pouca produção aos de grande produção. A partir daí, passou-se a usar nas construções das rodovias paranaense bueiros de manilhas, tubos Armco e pontes de concreto armado. Segundo Adelino, o concreto, - para execução de pontes, viadutos, bueiros etc. -, era feito no canteiro da obra em betoneiras acionadas por motor elétrico, ou combustível, óleo ou gasolina.

O Engenheiro Adelino sempre foi muito solicitado por chefias e diretores para executar tarefas consideradas difíceis. Sempre procurou fazer cursos de formação continuada e qualificação dentro das novas tecnologias para atender aos desafios que surgissem.

Eu entendia a necessidade de constante interesse em atualização e no desenvolvimento da profissão. [...]. Convicto da importância de estar permanentemente atualizado, procurei me dedicar ao estudo de inovações e participar de cursos, seminários e congressos, onde pudesse assimilar a mais moderna tecnologia. (SILVA, 2013, p. 49).

Os seus primeiros estudos sobre pavimentação aconteceram no Laboratório Central do DER/PR. A partir de técnica de origem estadunidense, teve a orientação do Engenheiro Emílio Rogê Talamine. Em 1952, deu início à pavimentação asfáltica nas estradas paranaenses no trecho Cornélio Procópio-Santa Mariana no Norte Pioneiro. Dado a competência e empenho no trabalho pioneiro, foi convidado para exercer a chefia da Seção de Pavimentação do departamento, criada recentemente, com objetivo de organizar e fazer funcionar a pavimentação asfáltica nas estradas paranaenses de responsabilidades do tanto do DNER quanto do DER/PR.

Durante o tempo em que Adelino esteve em atividade no DER/PR, diversos trechos de rodovias estaduais e federais sob a sua fiscalização, supervisão ou gerenciamento foram executadas, os chamados, “Os Serviços de Implantação Básica e Pavimentação Asfáltica Sob Regime de Empreitada e Administração Direta”, somaram: 1845 km de trechos, com um volume escavado de 38.223.355 m³ e 4.557.398 m² de pavimentação asfáltica. “Obras de Arte Especiais Construídas Sob Regime De Empreitada” foram executadas: 51 pontes em concreto armado normal com um total de 4.236 m. 16 viadutos em concreto normal e 3 viadutos em concreto protendido com 781,55 m e volume de concreto de 29.878,40 m³.

Como Chefe de Seção de Construção de Obras de Arte Especiais pelo regime de administração direta entre janeiro de 1959 a junho de 1965 foram executadas: 4 pontes em concreto armado normal; 2 pontes mistas, - concreto, alvenaria de pedra argamassa e madeira – com 70,20 m de extensão; 2 viadutos em concreto armado normal com 34, 80 m de extensão; 4 bueiros celulares em concreto armado; 3 bueiros mistos, - concreto normal, concreto ciclópico e alvenaria de pedra argamassa – com 412 m de extensão; 6 capas em concreto armado sobre bueiros duplos com 412,35 m de extensão; e 10 muros de arrimo em

concreto ciclópico com 317,80 m, 1,808,12 m³ e 2397,60 m³ de concreto ciclópico e um 1.562,08 m³ em volume na alvenaria de pedra.

Adelino foi também o responsável por várias obras urbanas e suburbanas no Estado: São José dos Pinhais, Guaratuba e Curitiba e a estrada de acesso a Colombo. Em seu total 21.400 m de extensão em vias, 422.977 m³ de escavação e 197.668 m² de pavimentação asfáltica. Nestes incluem: Acesso de Curitiba à cidade de São José dos Pinhais e o trecho de São José dos Pinhais ao Aeroporto Afonso Pena, entre junho de 1953 a outubro 1954. As Ruas Curitiba, Espírito Santo e Ponta Grossa na cidade de Guaratuba de julho de 1968 a novembro de 1972. Rua Domingos Strapasson e Avenida Vereador Toaldo Túlio, de Santa Felicidade em Curitiba, entre setembro de 1973 a março de 1974. Além da Estrada que liga o bairro Santa Cândida em Curitiba e dá acesso a Colombo, entre julho de 1971 a janeiro de 1973.

O engenheiro negro paranaense participou ativamente em obras rodoviárias importantes deixando um legado de desenvolvimento das construções ligando municípios paranaenses entre si e, entre as estradas federais para uma engenharia de tecnologia mais avançada.

Trechos de Rodovias - **BR 369** Trecho Cornélio Procópio-Santa Mariana-Bandeirantes; trecho Cambará-Melo Peixoto; Trecho Jataizinho-Cornélio Procópio e trecho São Pedro do Ivaí-Jandaia do Sul, alguns destes com obras de arte e implantação básicas e todos com pavimentação. **BR 277** Curitiba-São Luiz do Purunã, obras de arte especiais. **BR 376** Ponta Grossa-Apucarana, obras de arte especiais. **BR 153/PR 092** Trechos de Jacarezinho-Santo Antônio da Platina-Joaquim Távora- Wenceslau Braz com implantação básica e obras de arte especiais. **BR 460/487** Guarapuava-Pitanga- Campo Mourão, implantação básica, obras de arte especiais e pavimentação. **BR 272 (Mauá/BR 376)-PR 466** Mauá-Faxinal-Jardim Alegre-Ivaporã-Pitanga com implantação básica, obras de arte especiais e pavimentação. **PR 170/Guarapuava (BR 277)** Usina Hidrelétrica Foz do Areia-implantação básica e pavimentação. **PR 151** Ponta Grossa-Júlio Mesquita (Ex-Joaquim Murtinho), Jaguaiaiva-Senges-Rio Itararé com implantação básica e obras de arte especiais. **PR 082** Trechos **BR 272** Jardim Alegre-São João do Ivaí-Quinta do Sol-Engenheiro Beltrão, implantação básica e pavimentação. **PR 407** (Estrada das Praias)/**BR 277** Praia do Leste-Matinhos-Porto da Passagem (Guaratuba) com obras especiais. Obras de Arte Especiais designando concreto armado por **CA** e concreto armado protendido por **CP**: **PR 466** Paraiso do Norte-Rondon, ponte em **CP** sobre o Rio Ivaí com 293 m de comprimento. **PR 407** Entroncamento **BR 277** Matinhos (Estrada das Praias), ponte em **CP** sobre o Rio Caranguaçu com 186, 6 m de comprimento. **PR 323** Sertanópolis-Porto Perini, ponte em **CP** sobre o Rio Tibagi com 215 m de comprimento. **BR 153** Jacarezinho-Santo Antônio da Platina, viaduto com **CA** sobre o Ribeirão Ubá com 130 m de comprimento. **PR 151** Jaguaiaiva-Senges, viaduto em **CA** sobre o Rio Cajuru com 158 m de comprimento. **PR 218** Ribeirão do Pinhal-Nova Fátima, ponte em **CA** sobre o Rio Laranjinha com 129,50 m de comprimento. **BR 272** Faxinal-Jardim Alegre-Porto Ubá, ponte em **CP** sobre o Rio Ivaí com 290 m de comprimento. **BR 272** Iporã-Guairá, ponte em **CP** sobre o Rio Ivaí com 300m de comprimento. **BR 369** Ubitatã-Corbélia, ponte em **CP** sobre o Rio Ivaí com 280 m de comprimento. **BR 373** (Lagoa Seca/**BR 277**)-Coronel

Vivida (Porto Santa Maria), ponte em **CP** sobre o Rio Iguçu com 370 m de comprimento. (SILVA, 2013, pp. 57-61).

O registro, identidade e presença, do engenheiro negro paranaense, Adelino no desenvolvimento do Estado se fez nas rodovias e obras de arte que interligam o Paraná com o país. Assim como: a professora pedagoga, pesquisadora e escritora Maria Nicolás contribuiu com a cultura e educação paranaense; a engenheira Enedina Alves Marques projetista e construtora da Usina Hidrelétrica Capivari Cachoeira; João Phâmphilo Velloso D'Assumpção responsável pela elaboração do estatuto jurídico da Universidade do Paraná; e tantas outras personalidades negras que possuem os seus nomes, ou então as suas identidades negras branqueadas normativamente. A contribuição técnica e social fornecida por Adelino e outros na implantação básica, pavimentação, obras de arte especiais, conservações, ou seja, com serviços topográficos em vários trechos rodoviários do Paraná.

6 – CONCLUSÃO

No “Paraná Diferente”, o racismo mostrou-se estrutural e estruturante da sociedade, os prejuízos históricos ocasionados a Adelino Alves da Silva e ao afro-paranaenses aumentam a invisibilidade negra e contribui para a sua inexistência em espaços de poder e prestígios na sociedade. O sistema de opressão, poder e exclusão possuem especificidades próprias embasadas em uma tradição e mito fundacional da Província. Todavia, é possível observar que o negro Adelino através de uma rede sociabilidades, familiar e de amigos brancos, em grande medida, superou a estrutura racista paranaense, em vários momentos silenciando diante dos seus direitos de cidadão expropriados.

O fato da inexistência, invisibilidade e o silenciamento dado à presença do afro-paranaenses e as sua personalidades embora complexa e difícil, não impossibilitou a execução da pesquisa. A presença negra paranaenses em textos historiográficos e literários foi possível ser identificada, percebida a partir do hercúleo cotejamento dos poucos vestígios existentes das fontes documentais e sobretudo, das memórias subterrâneas de Adelino. A dificuldade se deve a um padrão de branquidade normativa existente desde a exclusão e, até mesmo o branqueamento das pessoas pretas e pardas em imagens, fotografias. Para além de não referenciar e citá-las em obras acadêmicas que as possibilitem identificar o seu pertencimento étnico, negritude, dentro de um universo padrão de branquidade normativa.

A miscigenação paranaense, ainda, é entendida diferente da que ocorre em outras partes do país. De um lado, a identidade nacional, mestiçagem, ocorre através da mistura entre portugueses, indígenas e negros, não obstante com a subalternização do negro frente ao branco. Por outro lado, a identidade paranaense se constitui da amalgamação entre os europeus ‘empreendedores’, citados pelo Wilson Martins, com a ausência dos indígenas e negros. Contrariamente, é possível encontrar os negros e indígenas paranaenses somados em números quase próximos aos dos brancos em espaços de controle e reeducação social: cadeias e manicômios, além dos locais de ausência da atuação do Estado dos rincões mais pobres e da sua ‘capital europeia’, principalmente nas suas periferias.

Assim, a pesquisa evidenciou mostras de tratamento hierarquizado a partir de um sistema de apropriação dos órgãos públicos nas diferentes instituições pelas qual Adelino passou, seguindo um padrão normativo de classe política e social, etnia, gênero que envolve as redes de sociabilidades entre essas elites. O acesso e permanência de Adelino à Escola, a

partir dos seus primeiros anos, se deu sobre a influência do Coronel Ernesto Guimarães Villela, tutor de Maria Villela e considerado “amigo e irmão de Nhô Lúcio”, pedreiro em Ponta Grossa.

Na Faculdade de Engenharia, Adelino participou do vestibular como outros candidatos, contudo contou com o apadrinhamento e a influência política e social da elite pontagrossense que subsidiava os custeios da instituição através dos conhecimentos de Nhô Lúcio via o Coronel da Guarda Nacional Ernesto Guimarães Villela. No Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, o acesso igualmente foi por intermédio do engenheiro e empreiteiro, Lysímaco Franco Ferreira da Costa.

A partir do uso das Leis 10639/2003 e 11645/2008 no ensino são possíveis se trabalhar categorias invisibilizadas e excluídas pelo fato de não existir um discurso político e didático sobre a identidade branca apesar desta existir implicitamente. Muitos têm a consciência das vantagens que a branquidade, estar branco imagética, ou discursivamente, lhe oferece na sociedade paranaense e nacional. De maneira que, tanto a presença quanto a contribuição negra estão perdidas, dadas como inexistentes ou invisibilizados, em parte da história dos intelectuais tradicionais paranaense. Ao mesmo tempo, é possível trazer a partir das memórias de Adelino Alves da Silva, “sou 3º negro”, a participação dos sujeitos e agentes negros paranaenses, afro-paranaenses, a processos históricos e cultura de contraposição ao racismo institucional no Estado, sobretudo no espaço acadêmico.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. **Nós e o Espelho**. In: História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro. ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. Editora Fiocruz, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser negro – A construção de subjetividades em afros – brasileiros**. Brasília: Ed. LGE, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. Ed. Zouk, 2007.

_____. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 2002.

BURKE, Peter. **História cultural: passado, presente e futuro**. In: _____. O Mundo como teatro: estudos de antropologia histórica. Lisboa: DIFEL, 1992.

_____. Introdução. In: **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro. 2ª ed. revisada e ampliada, Jorge Zahar, 2008.

CABRAL, Amílcar. **Independências Africanas E O Pan-Africanismo: A cultura Nacional**. 1972.

CARNEIRO. Célia M^a B. T. **Entrevista com Adelino Alves da Silva**. In. Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda: O prédio na história do DER-PR. Curitiba. Ed. DER, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo. Tradução Gilson César Cardoso de Souza: EDUSP, 2009. Revista Eletrônica em História. História em Reflexão, Fernanda Lorandi Lorenzetti.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra: fundamentos recíprocos da cultura nacional e das lutas de libertação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

_____. **Peles Negras Máscaras Brancas**. EDUFBA. Salvador, 2008.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo. DIFEL, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Ed. Forense Universitária, 7ª edição, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo**, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 6 e 11. 1993.

_____. **“É a história uma Ciência?” o IHGB e os historiadores da Primeira República**. In: *A República, a História e o IHGB*. BH: Editora *Argumentvm*, (parte 1), 2009.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1887-1937)**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Martins Oscar. **O Professor Phâmphilo D'Assumpção Perfil Póstumo**. Curitiba. 1959. Acessado em 22 de maio de 2015, às 23h00. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aElmyDMzJDAJ:ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/download/6615/4733+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

IANNI, Octávio. **Metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor. 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Micro-história**. In: Peter Burke (org.), *News Perspectives on Historical Writing*. Paris. 2ª ed., 1991, Cambridge, 2001, Jacques Revel (org.), *Jeux d'échelle*, 1996.

LORIGA, Sabrina. **A biografia como problema**. In. REVEL, Jacques (Org.) Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MARÇAL, José Antônio. **Política de Ação Afirmativa na UFPR e a formação de intelectuais Negros**. Curitiba. UFPR, 2011.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**. São Paulo. T.A. Queiroz, 2ª ed. 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania**. USP, 2003.

_____. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

_____. **Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?** Ouro Preto. Revista da ABPN, v. 4, n. 8. pp. 06-14. jul.- out. 2012.

OLIVEIRA, Vanderli F. **Crescimento, evolução e o futuro dos cursos de engenharia**. Revista de Ensino de Engenharia, v. 24, n. 2, p. 3-12. 2005.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. Introdução. 2ª ed. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1985.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 201, 1992.

_____. **“Memória, Esquecimento, Silêncio”**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

PUPPI, Ildefonso C. **Fatos e Reminiscências da Faculdade**. Curitiba, Fundação da Universidade Federal do Paraná, 1986.

SANTANA, J.L. **Rompendo Barreiras: Enedina, uma mulher singular**. Monografia, DEHIS/UFPR. 2013.

SILVA, Adelino Alves da. **Memória de um professor e engenheiro civil – vida, luta e trabalho**. Curitiba: Instituto de Engenharia do Paraná, 2013.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 19 n. 37, 1999.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social**. Campinas. Unicamp. São Paulo. 2004.

_____. **Questão Nacional e Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro**. Curitiba. UFPR. 2014.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VICTOR, Nestor. **A Terra do Futuro: A nova Curitiba**. Rio de Janeiro. Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1913.